

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RCI BANQUE
À ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DE 22 DE MAIO DE 2018**

Estimados acionistas,

Convocámos-vos para esta Assembleia-Geral Ordinária e Extraordinária em conformidade com os estatutos e com o disposto no Código do Comércio francês.

No âmbito da Assembleia Ordinária, pretendemos prestar-vos contas da atividade da Sociedade no exercício transato, submeter à vossa aprovação as contas anuais da Sociedade e as contas consolidadas com fecho em 31 de dezembro de 2017 e solicitar-vos que vos pronuncieis sobre a aplicação dos resultados da Sociedade. Devereis, também, pronunciar-vos sobre a renovação do mandato de dois administradores e a nomeação de dois novos administradores e sobre os elementos das remunerações atribuídas a título do exercício de 2017 ao Diretor Geral e ao Diretor Geral Delegado, assim como sobre os critérios de remuneração aplicáveis aos membros dos órgãos sociais da Sociedade no exercício de 2018.

No âmbito da Assembleia Extraordinária, devereis pronunciar-vos sobre uma proposta de alteração estatutária que visa permitir a fixação de um limite de idade para o exercício das funções de Presidente, de Diretor Geral e de Diretor Geral Delegado, assim como a eliminação da limitação da duração do mandato do Diretor Geral à duração do mandato do Presidente.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Factos relevantes do RCI Banque

Com um número recorde de 1.771.016 processos de financiamento no final de dezembro de 2017, ou seja, mais 13,2% do que em 2016, o RCI Banque confirma a sua trajetória de crescimento rentável, ao mesmo tempo que reforça a sua estratégia de acompanhamento comercial das marcas da Aliança.

CONTINUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

O desenvolvimento internacional continua a ser uma importante alavanca na estratégia do grupo RCI Banque, nomeadamente no acompanhamento das marcas na sua própria expansão geográfica.

Em 2017, o RCI Banque prosseguiu a sua expansão para novos mercados, onde acompanha o desenvolvimento comercial das marcas da Aliança.

Após o sucesso do lançamento operacional em 2016, o ano de 2017 foi assinalado pela entrada, a partir de fevereiro, da subsidiária colombiana RCI Colombia SA no perímetro de consolidação da atividade. Neste mercado, o RCI Banque alcançou uma taxa de intervenção de 51,6% com a abertura de cerca de 25.000 novos processos de financiamento.

Num contexto de crescimento do mercado automóvel mundial, a quota de atividade do RCI Banque fora da Europa representa cerca de 28% do número de processos de financiamento de veículos novos.

DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES

O ano de 2017 foi assinalado pela continuação da estratégia de desenvolvimento de novos serviços de mobilidade, um mercado em que o RCI Banque ambiciona tornar-se um ator de referência. Após o lançamento do RCI Mobility, o RCI Banque procedeu à aquisição da Class & Co, sociedade-mãe da Yuso, uma solução automatizada de gestão de frotas para empresas de táxis, de aluguer de veículos com condutor e de serviços de entrega, e da Marcel, plataforma de reservas de veículos com condutor na região de Paris.

2017 também foi marcado pelo relançamento da atividade comercial da Karhoo, sociedade em que o RCI Banque é o acionista maioritário. A Karhoo reúne empresas de táxis e de aluguer de veículos com condutor numa mesma plataforma de reservas integrada, o que permite aos utilizadores finais reservar, alterar, acompanhar e pagar as suas corridas e assim desfrutar de uma ampla gama de frotas de veículos e de serviços. Esta iniciativa inscreve-se nas aspirações do RCI Bank and Services de oferecer aos clientes das marcas da Aliança, assim como a novos utilizadores, soluções de automobildade simples, atrativas e personalizadas.

Atividade comercial do RCI Banque

Em 2017, o RCI Banque financiou **1.771.016 processos**, ou seja, mais 13,2% do que em 2016. Este bom nível de desempenho assentou, em particular, no crescimento do mercado automóvel europeu, assim como na recuperação económica registada nos mercados emergentes (Brasil, Argentina e Rússia).

A **Taxa de Intervenção de Financiamentos** do grupo registou uma subida de 1,9 pp relativamente a 2016, atingindo os 39,6%. Excluindo a Turquia, a Rússia e a Índia (consolidação das sociedades pelo método da equivalência patrimonial), esta taxa ascende a 42,6% contra 41,0% no final de dezembro de 2016.

Neste contexto, os **Novos Financiamentos** (excluindo cartões e créditos pessoais) subiram em todas as marcas da Aliança, atingindo 20,6 mil milhões € (+14,9% relativamente a 2016).

O **Crédito Produtivo Médio (CPM)** ascendeu a 39,6 mil milhões €, o que traduz um aumento de 19,0% relativamente a 2016. Deste montante, 29,9 mil milhões € estão diretamente associados à atividade 'Clientes' (uma subida de 18,5%).

Pilar da estratégia do grupo RCI Banque, a atividade 'Serviços' contribui para a satisfação e a fidelização dos clientes das marcas da Aliança apoiando-se em dois grandes eixos: diversificação rentável da oferta de produtos e expansão internacional. Esta atividade prosseguiu o seu desenvolvimento em 2017, registando um aumento de 27,5% no volume de contratos, o qual atingiu cerca de 4,4 milhões de contratos (dos quais mais de 65% relativos a serviços associados ao cliente e à utilização do veículo). Deste modo, a **Taxa de Intervenção de Serviços** ultrapassou o limiar dos 100%, atingindo 119,1% no final de 2017 (+18,8 pp relativamente a 2016).

O **Ativo Líquido no final**¹ de 2017 ascendia a 43,8 mil milhões € contra 38,3 mil milhões € em 2016.

DESEMPENHO COMERCIAL POR REGIÃO

No plano geográfico, o RCI Banque beneficiou das condições favoráveis do mercado automóvel, assim como do dinamismo comercial das marcas da Aliança.

¹ Ativo líquido no final de = crédito líquido total + operações de aluguer operacional líquidas de amortizações e de provisões

Na **Região Europa**, registou-se um aumento do número de processos de financiamento de veículos novos (+9,4% num ano). A taxa de intervenção de financiamentos da Região aumentou 1,9 pp relativamente a 2016, atingindo os 43,3%.

Na **Região Ásia-Pacífico**, mais de 50% dos veículos novos vendidos pela Renault Samsung Motors foram financiados pelo RCI Banque, que obteve um excelente desempenho comercial num contexto de retração do mercado. A taxa de intervenção de financiamentos ascendeu a 57,4%, uma subida de 5,0 pp.

A **Região Américas** beneficiou da retoma do seu setor automóvel, o qual registou uma marcada recuperação (22,2%) relativamente a 2016. Sustentada pelo desempenho comercial na Argentina e na Colômbia, a taxa de intervenção de financiamentos da Região permaneceu a um nível elevado (38,8%), uma subida de 1,1 pp relativamente a dezembro de 2016.

A **Região África - Médio Oriente - Índia** registou uma taxa de intervenção de 21,8%, o que constitui uma progressão de 3,7 pp em relação ao ano transato. De notar que, na Índia, a atividade 'Financiamento', implementada a partir de 2015, registou uma progressão anual da taxa de intervenção de 5,0 pp para 17,6%.

Na **Região Eurásia**, a taxa de intervenção subiu 2,0 pp, atingindo 26,7% em 2017. Na Rússia, num contexto de crescimento das vendas de automóveis, a taxa de intervenção atingiu 27,5%, o que representa um aumento de 0,6 pp. Na Turquia, a taxa de intervenção ascendeu a 26,6% (subida de 4,5 pp) num mercado automóvel em retração.

DESEMPENHO COMERCIAL POR MARCA

No **perímetro Renault**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque ascendeu a 40,1%, traduzindo um aumento de 2,3 pp relativamente a 2016. **Os novos financiamentos cifraram-se em 12,3 mil milhões €** em 2017 contra 10,6 mil milhões € em 2016, ou seja, um crescimento de 16,3%.

No **perímetro Dacia**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque em 2017 ascendeu a 42,8%, uma subida de 2,2 pp relativamente a 2016. **Os novos financiamentos cifraram-se em 2,4 mil milhões €** em 2017 contra 2,0 mil milhões € em 2016, ou seja, um crescimento de 18,7%. De notar que, no perímetro RCI com exclusão das filiais consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (Rússia, Turquia e Índia), a taxa de intervenção da marca Dacia atingiu 43,4%, o que traduz um aumento de 1,5 pp relativamente a 2016.

No **perímetro Renault Samsung Motors**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque ascendeu a 57,4%, uma subida de 4,5 pp relativamente a 2016. **Os novos financiamentos cifraram-se em 0,9 mil milhões €** em 2017, ou seja, um crescimento de 5,3% em relação a 2016.

No **perímetro Nissan**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque em 2017 ascendeu a 35,3%, um aumento de 0,4 pp relativamente a 2016. **Os novos financiamentos cifraram-se em 4,6 mil milhões €** em 2017 contra 4,1 mil milhões € em 2016, ou seja, um crescimento de 12,6%.

No **perímetro Infiniti**, a taxa de intervenção do grupo RCI Banque em 2017 ascendeu a 27,4%, um aumento de 0,3 pp relativamente a 2016. **Os novos financiamentos mantiveram-se estáveis à altura de 0,1 mil milhões €.**

No **perímetro Datsun**, o grupo RCI Banque registou, em 2017, uma taxa de intervenção de 22,7%, o que traduz uma subida de 4,0 pp relativamente a 2016.

Resultados financeiros do grupo RCI Banque

Nos termos do regulamento n.º 1606/2002 aprovado em 19 de julho de 2002 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo RCI Banque relativas ao exercício de 2017 foram elaboradas em conformidade com as normas IFRS (International Financial Reporting Standards) publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board) em 31 de dezembro de 2015 e conforme adotadas na União Europeia à data do fecho das contas.

O conjunto das informações sobre a aplicação das normas IFRS consta do anexo às contas consolidadas.

O resultado antes de impostos do grupo RCI Banque no final de 2017 ascende a 1.077 milhões €, ou seja, um aumento de 165 milhões € (+18,1%) relativamente a 2016.

Em detalhe, a evolução do resultado explica-se pelos elementos seguintes:

- O Crédito Produtivo Médio (CPM) atingiu 39,6 mil milhões € (+19,0% relativamente a 2016). Esta evolução foi repartida entre a atividade 'Clientes' com +18,5% e a atividade 'Redes' com +20,6%.
- O Produto Líquido Bancário (PLB) atingiu 1.628 milhões €, um aumento de 10,6% relativamente a 2016. Este crescimento explica-se pela subida conjugada das atividades de Financiamento (progressão do Crédito Produtivo Médio de 19%) e das atividades de Serviços (+20,5% relativamente a 2016). O Produto Líquido Bancário expresso em percentagem do CPM caiu para 4,11% (4,41% em 2016). Esta descida resulta, em parte, da redução do peso da região Américas no crédito concedido devido ao crescimento da Europa, assim como do aumento das provisões para riscos de valores residuais no Reino Unido.
- O custo do risco total (risco de país incluído) ascendeu a 0,11% do CPM, contra 0,31% em 2016, o que reflete uma sólida política de aprovação de créditos e de cobranças. Beneficiado por uma conjuntura económica favorável e pela subsequente diminuição dos créditos de cobrança duvidosa em carteira, o custo do risco "Clientes" caiu, em 2017, para 0,19% do CPM, contra 0,33% em 2016. A melhoria do ambiente económico, uma variável utilizada na determinação das provisões aplicáveis aos créditos "Redes" são, também se traduziu por reduções nas provisões relativas à carteira de financiamento de concessionários. Por conseguinte, o custo do risco "Redes" é negativo (produto), cifrando-se em -0,15% contra 0,21% em 2016.
- Os custos operacionais atingiram 522 milhões €, ou seja, 1,32% do CPM, o que representa uma descida de 7 pp relativamente a 2016. O rácio de eficiência (32,1%) é um testemunho da capacidade do RCI Banque para controlar os seus custos em paralelo com o crescimento da sua atividade e a implementação dos seus projetos estratégicos.

O resultado líquido consolidado (parte dos acionistas da sociedade-mãe) ascendeu a 721 milhões € contra 602 milhões € em 2016, o que traduz uma progressão de 19,8%.

Finalmente, o ROE cifrou-se em 18,6% em 2017 contra 18,2% em 2016.

Apoiado na sua dinâmica de crescimento comercial, o RCI Banque demonstra a sua capacidade para manter um elevado nível de rentabilidade no quadro de uma sólida política de controlo do risco.

Refinanciamento

O Banco Central Europeu manteve a sua política monetária inalterada durante todo o ano de 2017 e anunciou a extensão do seu programa de compra de títulos até setembro de 2018, se bem que reduzindo o montante mensal de 80 para 30 mil milhões €. O BCE também salientou que a atual política de taxas de juros será mantida para além do período de facilitação quantitativa.

A Reserva Federal dos Estados Unidos, por seu turno, deu início à redução do seu balanço e procedeu a três subidas das suas taxas diretoras, colocando a taxa-objetivo dos fundos federais em 1,25-1,50%, ou seja, uma subida de 75 pb relativamente a 2016.

Em resposta às pressões inflacionistas resultantes da depreciação da libra, o Banco de Inglaterra também subiu as suas taxas diretoras para 0,50% (+25 pb).

A curva das taxas de *swap* em euros registou uma ligeira inclinação ao longo do ano. Assim, no final de 2017, o *swap* a 5 anos encontrava-se próximo dos 0,30%, um nível próximo do pico atingido durante o verão e representativo de uma subida anual da ordem dos 20 pb.

Após um ligeiro alargamento no início do ano, os *spreads* do crédito sofreram um estreitamento significativo na sequência das eleições francesas.

Para dar resposta ao crescimento da sua atividade comercial, o grupo emitiu o equivalente a 6 mil milhões € em obrigações destinadas ao público e alongou a maturidade da sua dívida efetuando, pela primeira vez, uma emissão a 8 anos. Seis emissões em euros, alternando cupão a taxa fixa e variável, foram complementadas com uma emissão em francos suíços e com uma operação em libras esterlinas. A empresa adotou e utilizou por duas vezes um formato em duas *tranches*, combinando uma emissão a taxa fixa e uma emissão a taxa variável, e alargou a sua curva de crédito de taxa variável através do lançamento da sua primeira emissão a 7 anos neste último formato. Em paralelo, foram lançadas algumas emissões privadas num montante de 365 milhões €.

Além disso, a securitização privada de créditos automóveis no Reino Unido teve o seu período de renovação prorrogado por um ano suplementar e o respetivo montante subiu para 1,1 mil milhões GBP, o que corresponde a um aumento de 200 milhões GBP.

Esta alternância de prazos, tipos de cupão e formatos de emissão inscreve-se na estratégia de diversificação das fontes de financiamento que o grupo tem vindo a seguir desde há vários anos e que permite visar o maior número possível de investidores.

Além disso, as entidades do grupo no Brasil, Coreia do Sul, Marrocos e Argentina e, pela primeira vez, na Polónia procederam, também, a emissões obrigacionistas nos respetivos mercados internos.

Em 31 de dezembro de 2017, os depósitos de clientes particulares ascendiam a 15,0 mil milhões € (+2,4 mil milhões € que em dezembro de 2016), representando 34% do ativo, o que satisfaz o objetivo da empresa de dispor de depósitos de clientes à altura de um terço do crédito concedido aos clientes.

Estes recursos, a que se somam no perímetro Europa, 4,4 mil milhões € em linhas de crédito bancário confirmadas e não utilizadas, 3,6 mil milhões € em colaterais elegíveis para as operações de política monetária do BCE, 1,8 mil milhões € em ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e, ainda, disponibilidades à altura de 400 milhões €, permitem ao RCI Banque assegurar a continuidade da concessão de crédito aos seus clientes durante mais de 12 meses sem acesso à liquidez externa.

Num ambiente complexo e volátil, a prudente política levada a cabo pelo grupo desde há vários anos mostrou ser particularmente justificada. Com efeito, permite proteger a margem comercial de cada entidade ao mesmo tempo que garante a segurança do refinanciamento das suas atividades. Esta política é definida e implementada a um nível consolidado pelo RCI Banque e aplica-se a todas as entidades de financiamento do grupo.

Eventos posteriores ao fecho das contas

Entre a data de fecho do exercício e a data de elaboração deste relatório e contas, não ocorreu qualquer evento.

Perspetivas para 2018

O ano de 2018 ficará assinalado pela implementação do plano estratégico no horizonte 2022 «Open Roads». O plano Open Roads traduz as perspetivas e as aspirações da empresa no sentido se converter numa referência em serviços de mobilidade automóvel para os clientes e para as marcas da Aliança.

O próprio nome Open Roads reflete a vontade de propor novas soluções de mobilidade, de testar novas ofertas e de disponibilizar soluções tecnológicas aplicáveis tanto no seio do RCI Bank and Services como no seio da Aliança.

Assente nos sólidos fundamentos do plano estratégico precedente, o Drive 4B, o Open Roads deverá assegurar um crescimento sustentado. Deste modo, o seu objetivo consiste em otimizar as atividades do nosso Core Business, em implementar uma estratégia ofensiva nos serviços e em desenvolver os novos serviços de mobilidade.

Procedimentos de controlo interno e de gestão de risco aplicados na preparação e tratamento das informações contabilísticas e financeiras

O Grupo RCI Banque elabora as contas consolidadas por meio de uma ferramenta de consolidação única estruturada segundo um plano de contas de consolidação comum a todas as entidades. A ferramenta de consolidação emite relatórios contabilísticos e de gestão mediante uma introdução única de dados, garantindo, assim, a homogeneidade das informações contidas nas demonstrações financeiras e nos diferentes mapas internos.

A sociedade RCI Banque elabora contas individuais através da compilação das contas da sede e das suas sucursais. Para este efeito, utiliza os dados presentes na ferramenta comum de consolidação e converte-os de acordo com as normas de contabilidade francesas.

1- PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO DAS CONTAS

A sociedade consolidante RCI Banque concebe, conduz e assegura a supervisão da elaboração da informação financeira e contabilística. A responsabilidade pela elaboração das contas sociais e das contas reexpressas para efeitos de consolidação compete aos Diretores Administrativos e Financeiros das filiais, sob a autoridade dos Presidentes e dos Diretores Gerais dessas mesmas filiais.

A todos os níveis do grupo, os grandes princípios orientadores prevalecentes, que são implementados na elaboração das contas, são os seguintes:

- o tratamento da exaustividade das operações;
- o respeito pelo princípios contabilísticos aplicáveis ao grupo; existe um conjunto de documentos de referência onde são definidas as normas comuns de apresentação e de avaliação do grupo assim como os esquemas contabilísticos; estes documentos, que são colocados à disposição de todas as entidades, contribuem para a homogeneidade das informação financeira apresentada;

- a revisão periódica de ativos, passivos e rubricas extrapatrimoniais (créditos, empréstimos contraídos, instrumentos derivados, disponibilidades, etc.) através de procedimentos de adaptação da contabilidade aos sistemas operacionais e de justificação de contas e de inventários; além disso, o processo de elaboração da informação financeira e contabilística está sujeito ao grupo de avaliação do sistema de controlo interno e gestão dos riscos operacionais, conforme o acima descrito.

Foi levada a cabo uma iniciativa de harmonização contabilística. Foram preparados, à atenção das filiais, um guia de boas práticas contabilísticas assim como sete procedimentos contabilísticos padrão a transpor localmente (Fecho de Contas, Relatórios, Introdução Manual de Dados, Controlo das Introduções Automáticas de Dados de Contabilidade, Novos Esquemas Contabilísticos, Arquivo e Confirmação da Realização dos Controlos de 1º Nível do Chefe da Contabilidade).

A boa articulação dos relatórios financeiros com os sistemas operacionais do grupo constitui a pedra angular da elaboração da informação financeira e contabilística. O volume de informações a tratar, a qualidade requerida relativamente aos dados tratados e o prazo de apresentação (D+4) exigem o recurso a sistemas informáticos eficazes e controláveis.

2- SISTEMAS INFORMÁTICOS E ORGANIZAÇÃO

2.1 UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMÁTICO INTEGRADO

O Grupo RCI Banque decidiu implementar uma ferramenta de contabilidade integrada (Enterprise Resource Planning ou ERP) reconhecida no mercado. A utilização deste sistema informático integrado e altamente estruturado permite aproveitar a sua própria lógica de controlo interno para assegurar a consistência e a fiabilidade da informação tratada. Nomeadamente, a definição e a monitorização dos perfis de utilizador contribuem para o cumprimento das regras de segregação de funções.

Este sistema informático, associado a uma aplicação de tradução contabilística a nível de grupo, foi concebido para permitir, graças à utilização dos seus diferentes módulos, a integração das especificidades das atividades do grupo.

A fiabilidade da informação contabilística e financeira é essencialmente favorecida pelo controlo e normalização das operações elementares processadas por sistemas operacionais enquadrados num referencial de grupo. Estas operações elementares alimentam, através de interfaces, a aplicação de tradução contabilística de grupo, que, por seu turno, transmite ao ERP eventos de gestão ou dados de inventário sob a forma de dados contabilísticos.

A manutenção centralizada do sistema de contabilidade (aplicação de tradução contabilística e ERP) no seio de uma equipa de especialistas funcionais e técnicos permite reforçar o controlo da produção contabilística.

2.2 SISTEMAS OPERACIONAIS E CONTROLO

Os primeiros atos de controlo têm lugar a nível dos principais sistemas operacionais, isto no que respeita às operações de financiamento, de serviço e de refinanciamento sob a responsabilidade das grandes linhas de atividade (aprovação, cobrança/contencioso, serviços e refinanciamento).

Deste modo, as ferramentas de aprovação de créditos, de gestão dos contratos de financiamento e de serviços, de gestão das relações com clientes e fornecedores, de administração do refinanciamento, de acompanhamento das encomendas de compras e de gestão do quadro de pessoal envolvem as suas próprias lógicas de controlo. Estas ferramentas inscrevem-se no âmbito dos procedimentos

operacionais que contribuem para o controlo das operações físicas e financeiras em conformidade com os procedimentos de aprovação e de delegação em vigor no grupo.

As equipas de contabilidade concedem uma especial atenção ao controlo das transferências de operações entre os sistemas operacionais não integrados e os sistemas de contabilidade.

Assim, por exemplo, a nível do grupo:

- o controlo da igualdade é assegurado, em articulação com os sistemas de gestão dos financiamentos, dos serviços, das contas de clientes e de fornecedores e do refinanciamento, através da comparação dos fluxos e dos saldos contabilísticos com os movimentos e os stocks de operações de gestão; os desvios identificados são objeto de análise e de acompanhamento;
- as faturas de compras são controladas, em articulação com os sistemas de compras e de monitorização dos investimentos, com base nas encomendas, sendo também efetuada a contabilização das imobilizações.

A manutenção das contas processa-se em conformidade com as normas do grupo e com base num plano de contas operacional único (plano de contas do grupo com desenvolvimentos em função das necessidades específicas de cada país). Contudo, também é possível organizar uma contabilidade em conformidade com normas locais, o que permite a manutenção em simultâneo de uma contabilidade segundo as normas do grupo e de uma contabilidade segundo as normas locais.

Todos os dados de informação financeira necessários à elaboração das contas consolidadas do grupo RCI Banque são recolhidos e geridos por uma só ferramenta. O processo de controlo integrado nesta ferramenta e a respetiva manutenção a cargo de uma célula dedicada asseguram a exatidão e a consistência dos dados das filiais.

2.3 PAPEL DAS EQUIPAS DE CONTABILIDADE E DE GESTÃO

As equipas de contabilidade das filiais apoiadas pelas funções centrais procedem a uma análise das contas e explicam a evolução dos dados financeiros de um para outro período. Este trabalho de análise é feito em articulação com o dos controladores de gestão locais e centrais, que analisam os desempenhos à luz dos dados orçamentais e das projeções mais recentes. Se a análise dos desvios ou qualquer outro processo de verificação detetar uma falta de qualidade da informação com origem nos sistemas operacionais ou contabilísticos associados, são implementados planos de ação com a participação ativa dos operacionais e da função de finanças para eliminar os motivos de tais anomalias.

2.4 PAPEL DO CONTROLO DA CONTABILIDADE DO GRUPO

Em complemento do dispositivo existente (controlo interno, auditoria do RCI Banque, revisor oficial de contas, etc.) e na ótica de um processo permanente de fiabilização da informação financeira, o serviço de controlo da contabilidade do grupo, associado ao departamento de Controlo Permanente, é responsável por missões de avaliação da qualidade dos controlos internos da contabilidade. O objetivo deste serviço consiste no controlo regular das contabilidades das filiais consolidadas. Deste modo, este dispositivo permite melhorar o conhecimento e a aplicação dos princípios contabilísticos do grupo nas filiais.

2.5 ANIMAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONTABILIDADE

Um serviço dedicado à animação da função de contabilidade assegura as condições de elaboração e justificação das contas mediante a apresentação de indicadores que permitem acompanhar especificamente os principais pontos críticos de contabilidade. Estes indicadores são apresentados pelo responsável financeiro de cada filial quatro vezes por ano.

Além disso, todos os anos, as direções financeiras das várias entidades avaliam os seus dispositivos de controlo dos riscos contabilísticos e financeiros à luz da política de gestão do grupo. Esta avaliação inscreve-se na iniciativa global de avaliação de riscos do grupo RCI Banque.

O conjunto destas informações com origem nas filiais é objeto, a nível central, de análises e controlos. Além disso, a progressão dos planos de ação (associados às missões de controlo da contabilidade) e as insuficiências nos dispositivos de controlo dos riscos contabilísticos são objeto de monitorização.

2.6 PUBLICAÇÃO DAS CONTAS

O grupo publica informações semestrais em 30 de junho e anuais em 31 de dezembro. Estas publicações de contas são antecipadas por pré-encerramentos de contas realizados duas vezes por ano, designadamente, em 31 de maio relativamente à publicação de contas de junho e em 31 de outubro relativamente à publicação de contas de dezembro.

São organizadas reuniões de síntese entre a direção do grupo (principalmente com a direção financeira) e o revisor oficial de contas.

O grupo RCI Banque elabora as suas contas consolidadas em conformidade com as normas IFRS publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), cujo regulamento de aplicação foi publicado no jornal oficial da União Europeia à data do encerramento das contas.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO ESTATUTÁRIO

ATIVIDADE - RESULTADOS DO RCI BANQUE EM 2017

ANÁLISE DO BALANÇO DO RCI BANQUE

Contexto

O total do balanço do RCI Banque ascende a 42,5 mil milhões € no final de 2017 contra 36,4 mil milhões € no final de 2016, o que representa um aumento de 16,7%.

Ativo

No ativo, regista-se, nomeadamente, um aumento das operações com clientes (+7,6 mil milhões €) e das obrigações e títulos de rendimento fixo (+ mil milhões €).

Passivo

No passivo, as dívidas de curto-médio prazo aumentaram 6 mil milhões €. Esta subida explica-se, essencialmente, pelo aumento das operações com clientes (+ 3,8 mil milhões €) e das dívidas tituladas (+ 2,4 mil milhões €), enquanto as dívidas perante instituições de crédito e bancos centrais registaram uma ligeira descida (-0,7 mil milhões €).

A situação líquida do RCI Banque ascendia a 2.968 milhões € no final de 2017 contra 2.477 milhões € no final de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2017 ascendeu a 491 milhões € contra 380 milhões € em 2016, ou seja, +29,2%. De notar, nomeadamente, uma subida do Produto Líquido Bancário (+135,5 milhões €) e uma redução do custo do risco (-22,3 milhões €).

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos-vos a seguinte aplicação de resultados:

Resultado líquido do exercício de 2017	491 208 814,98
Resultado transitado	2 098 164 894,32
Saldo disponível	2 589 373 709,30
Dividendos a distribuir	0,00
Resultado a transitar de 2017	2 589 373 709,30

Propõe-se a não distribuição de dividendos sobre os resultados de 2017.

Os dividendos pagos em relação aos três exercícios anteriores foram:

Relativamente ao exercício de 2014 de 150 EUR por ação integralmente liberada;

Relativamente ao exercício de 2015, não teve lugar a distribuição de dividendos;

Relativamente ao exercício de 2016, não teve lugar a distribuição de dividendos.

Em conformidade com o artigo L.233-13 do Código de Comércio francês, informamos-vos que, à data do fecho deste exercício, o capital da Sociedade era detido a 99,99% pela RENAULT S.A.S. e que o RCI detinha diretamente em França:

- 99,99% do capital da DIAC S.A, instituição de crédito e intermediário de seguros com o capital de 560.956.000 EUR, registada no registo comercial e das sociedades (RCS) de Bobigny sob o número 702 002 221;

- 100% do capital da RCI Mobility S.A.S, sociedade comercial com o capital de 3.300.000 EUR, registada no registo comercial e das sociedades (RCS) de Paris sob o número 812 404 010;
- 100% do capital da holding CLASS&CO S.A.S, sociedade com o capital de 19.968,20 EUR, registada no registo comercial e das sociedades (RCS) de Paris sob o número 793 471 103 (sociedade adquirida no exercício de 2017).

Uma vez que os contratos de trabalho dos colaboradores da Sociedade são celebrados com a filial DIAC, a Sociedade não é abrangida pelo artigo L.225-23 do Código do Comércio francês relativo à participação de trabalhadores no capital.

Em conformidade com o artigo D.441-4 do Código do Comércio francês, apresentamos no quadro seguinte a decomposição em 31 de dezembro de 2017 do número e montante total (sem IVA) das faturas pendentes de fornecedores e das faturas pendentes de clientes.

Valores em Euros	Artigo D.441 I. 1º: Faturas recebidas não pagas à data de fecho do exercício e vencidas.						Artigo D.441 I. 2º: Faturas emitidas não pagas à data de fecho do exercício e vencidas.					
	0 dias (indicativo)	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 dias e mais	Total (1 dia e mais)	0 dias (indicativo)	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 dias e mais	Total (1 dia e mais)
(A) Distribuição por atraso no pagamento												
Número de faturas envolvidas	122					1,00	67					1
Montante total das faturas envolvidas (c/IVA)	37 491 952				94 234	94 234	36 604 422			32 831,13		32 831,13
Percentagem do montante total das compras do exercício (c/IVA)	4%						94%					
Percentagem do volume de negócios do exercício (especificar c/IVA ou s/IVA)												
(B) Faturas excluídas de (A) relativas a dívidas e créditos em contencioso ou não contabilizados												
Número de faturas excluídas						0						0
Montante total das faturas excluídas (c/IVA)						0						0
(C) Prazos de pagamento de referência utilizados (prazo contratual ou legal - artigo L. 441 - 6 ou artigo L.443 - 1 do Código do Comércio francês)												
Prazos de pagamento utilizados no cálculo dos atrasos de pagamento						Prazos legais: 30 dias						Prazos legais: 30 dias

Após terdes tomado conhecimento dos documentos contabilísticos que vos são apresentados acompanhados dos respetivos comentários, assim como dos relatórios dos Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, competir-vos-á deliberar sobre as questões incluídas na ordem de trabalhos:

A título de Assembleia Ordinária:

- Relatório do Conselho sobre a gestão do grupo.
- Relatório sobre a governação da empresa.
- Relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas consolidadas.
- Relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas da Sociedade.
- Relatórios especiais dos Revisores Oficiais de Contas sobre as convenções.
- Aprovação das contas consolidadas de 2017.
- Aprovação das contas da Sociedade de 2017.
- Aplicação dos resultados e determinação dos dividendos.
- Nomeação de um novo administrador (U. L'Her).
- Recondução de dois administradores (I. Landrot e F. Aractingi).
- Nomeação de um novo administrador (B. Kintzinger).
- Ratificação da transferência da sede social e da conseqüente alteração dos estatutos.
- Votação dos elementos da remuneração devida ou atribuída a título do exercício de 2017 ao Diretor Geral da Sociedade (G. De Ficchy).
- Votação dos elementos da remuneração devida ou atribuída a título do exercício de 2017 ao Diretor Geral da Sociedade (P. Claude).
- Votação dos princípios e critérios de determinação, repartição e atribuição dos elementos fixos, variáveis e extraordinários constitutivos da remuneração total e dos benefícios de toda e qualquer natureza atribuíveis aos membros dos órgãos sociais da Sociedade para o exercício de 2018.
- Ausência de convenções regulamentadas.
- Aprovação da gestão dos administradores no exercício transato.

A título de Assembleia Extraordinária:

- Alterações aos Artigos 20, 23-II-1 e 23-III dos estatutos com vista a permitir:
 - a fixação de um limite de idade para o exercício das funções de Presidente, Diretor Geral e Diretor Geral Delegado;
 - a eliminação da limitação da duração do mandato do Diretor Geral à duração do mandato do Presidente.
- Procuração para efeitos de cumprimento das formalidades.

O Conselho de Administração

Anexo

Resultado financeiro dos últimos cinco exercícios

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Capital no final do exercício (em milhares de €)					
Capital social	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
Número de ações ordinárias emitidas	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Operações e resultados do exercício (em milhares de €)					
Produto líquido bancário	617 228	629 886	680 221	819 356	954 865
Lucros antes de impostos, amortizações e provisões	796 155	648 783	696 464	897 249	1 011 563
Imposto sobre os lucros	(76 108)	(70 802)	(96 044)	(114 495)	(125 778)
Lucros depois de impostos, amortizações e provisões	395 130	294 031	307 830	380 135	491 209
Resultados distribuídos	210 000	150 000			
Resultado por ação (em €)					
Lucros depois de impostos e antes de amortizações e provisões	720,05	577,98	600,42	782,75	885,79
Lucros depois de impostos, amortizações e provisões	395,13	294,03	307,83	380,14	491,21
Resultados distribuídos por ação	210,00	150,00			
Pessoal (em milhares de €)					
Quadro médio do exercício	830	872	867	858	917
Massa salarial do exercício	45 237	46 251	49 994	53 079	55 523
Benefícios sociais do exercício	17 919	17 152	16 843	16 253	16 617

Anexo

Lista das sucursais do RCI Bank S.A

Sucursal	País
RCI Banque S.A. Niederlassung Deutschland	Alemanha
RCI Banque Sucursal Argentina	Argentina
RCI Banque S.A. Niederlassung Osterreich	Áustria
RCI Banque S.A. Sucursal en Espana	Espanha
RCI Banque Sucursal Portugal	Portugal
RCI Banque S.A. Bancna Podruznicna Ljubljana	Eslovénia
RCI Banque Succursale Italiana	Itália
RCI Banque Branch Ireland	Irlanda
Renault Finance Nordic, Bankfilial till RCI Banque S.A. Frankrike	Suécia
RCI Banque Spółka Akcyjna Oddział w Polsce	Polónia
RCI Bank UK	Reino Unido

Anexo

Informações de natureza social e ambiental

ÍNDICE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	5
1. EVENTOS SIGNIFICATIVOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO	5
2. REGRAS E MÉTODOS CONTABILÍSTICOS.....	5
A) <i>Evolução dos princípios valorimétricos e de apresentação das contas</i>	5
B) <i>Créditos sobre clientes</i>	6
C) <i>Operações de leasing e de locação financeira</i>	8
D) <i>Operações de aluguer simples</i>	8
E) <i>Títulos de participação, participações em empresas associadas e outros títulos detidos a longo prazo</i>	9
F) <i>Dívida pública e títulos similares, obrigações, ações e outros títulos de rendimento fixo ou variável</i>	9
G) <i>Ativos tangíveis e intangíveis</i>	10
H) <i>Empréstimos obtidos</i>	10
I) <i>Provisões</i>	10
J) <i>Conversão dos elementos em divisas</i>	11
K) <i>Instrumentos financeiros cambiais e de taxas</i>	11
L) <i>Informações relativas ao risco de contraparte em produtos derivados</i>	12
M) <i>Setores operacionais</i>	13
N) <i>Implantação por zonas geográficas</i>	13
O) <i>Empresas associadas</i>	13
P) <i>Consolidação</i>	13
3. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO DAS CONTAS.....	14
4. ADAPTAÇÃO AO ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	14
5. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
MAPA DAS FILIAIS E DAS EMPRESAS PARTICIPADAS.....	41

Anexo :

Riscos financeiros



RCI BANQUE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2017

BALANÇO

ACTIVO - em milhares de euros	Notas	12/2017	12/2016
Caixa, bancos centrais e CCP	1	1 221 577	956 038
Dívida pública e títulos similares	2	473 101	309 710
Créditos sobre instituições de crédito	3	9 668 964	13 327 951
Operações com clientes	4	20 608 320	13 495 230
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5	6 690 874	5 652 593
Acções e outros títulos de rendimento variável	6	161 737	108 392
Outros títulos detidos a longo prazo	7	1	1
Participações e participações em empresas associadas	8	1 439 516	916 131
Leasing e aluguer com opção de compra	9	1 492 014	1 065 070
Aluguer simples	10	123 795	100 343
Activos intangíveis	11	974	756
Activos tangíveis	12	5 172	4 068
Outros activos	13	228 147	179 151
Contas de regularização	14	360 381	301 275
TOTAL DO ACTIVO		42 474 573	36 416 709

PASSIVO - em milhares de euros	Notas	12/2017	12/2016
Bancos centrais e CCP		36	18
Dívidas a instituições de crédito	15	4 818 396	5 562 511
Operações com clientes	16	17 505 492	13 690 768
Dívidas tituladas	17	16 418 353	14 010 123
Outros rubricas de passivo	18	388 610	364 930
Contas de regularização	19	294 347	216 556
Provisões	20	81 468	95 141
Capitais Próprios		2 967 871	2 476 662
Capital subscrito	21	100 000	100 000
Prémios de emissão e de fusão	21	258 807	258 807
Reservas	21	19 614	19 614
Diferenças de reavaliação	21	76	76
Resultados transitados	21	2 098 165	1 718 030
Resultado do exercício	21	491 209	380 135
TOTAL DO PASSIVO		42 474 573	36 416 709

COMPROMISSOS EXTRA-PATRIMONIAIS

Em milhares de euros	Notas	12/2017	12/2016
<u>Compromissos assumidos</u>	22	8 495 663	6 761 538
Compromissos de financiamento		880 008	660 921
Garantias prestadas		657 596	638 325
Compromissos sobre títulos		2 200	2 200
Outros compromissos assumidos		6 955 859	5 460 092
<u>Compromissos recebidos</u>	23	11 510 005	9 381 126
Compromissos de financiamento		8 005 919	6 721 406
Garantias recebidas		3 504 086	2 659 720

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em milhares de euros	Notas	12/2017	12/2016
Juros e proveitos similares	26	1 134 042	1 009 558
Juros e custos similares	27	(774 648)	(720 926)
Proveitos de operações de leasing e similares	28	499 377	462 890
Despesas com operações de leasing e similares	28	(448 334)	(401 427)
Proveitos de operações de locação simples	29	21 218	17 146
Despesas com operações de locação simples	29	(12 752)	(10 357)
Rendimentos de títulos de rendimento variável	30	365 896	336 735
Comissões (Proveitos)	31	42 893	34 602
Comissões (Custos)	31	(24 642)	(21 481)
Ganhos e perdas em operações de carteiras de negociação	32	1 392	223
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	32	(3 417)	(7)
Outros proveitos operacionais	33	162 626	115 311
Outros custos operacionais	34	(8 786)	(2 911)
PRODUTO LÍQUIDO BANCÁRIO		954 865	819 356
Custos gerais de exploração	35	(296 562)	(240 045)
Aumento de amortizações e imparidade de activos fixos intangíveis e tangíveis		(1 661)	(1 304)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		656 642	578 007
Custo do risco	36	(35 260)	(57 516)
RESULTADO OPERACIONAL		621 382	520 491
Ganhos ou perdas líquidas com activos fixos	37	(4 395)	(25 861)
RESULTADO CORRENTE ANTES DE IMPOSTOS		616 987	494 630
Imposto sobre os lucros	38	(125 778)	(114 495)
RESULTADO LÍQUIDO		491 209	380 135

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. EVENTOS SIGNIFICATIVOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO

Durante o exercício, não ocorreram eventos significativos relativamente ao perímetro das contas.

2. REGRAS E MÉTODOS CONTABILÍSTICOS

As contas anuais foram elaboradas em conformidade com o regulamento 2014-07 de 26/11/2014 relativo à elaboração e publicação das contas anuais individuais das instituições do setor bancário. Estas contas integram as contas das sucursais no estrangeiro.

A sociedade RCI Banque conta com 11 sucursais implantadas no estrangeiro:

- na Alemanha, a sucursal financia as vendas das redes Renault e Nissan;
- em Itália, a sucursal dedica-se ao financiamento de clientes e redes das marcas Renault e Nissan;
- na Argentina, a atividade da sucursal consiste no financiamento da rede;
- em Portugal, a sucursal efetua financiamentos aos clientes e às redes assim como operações de leasing;
- na Eslovénia, a sucursal financia os *stocks* de Veículos Novos e de Peças Sobressalentes dos concessionários Renault do país; a sucursal propõe uma nova atividade de Retail Crédit e Leasing;
- em Espanha, a sucursal assegura o financiamento de clientes e redes das marcas Renault e Nissan;
- na Suécia, a sucursal é responsável pela oferta de financiamentos aos concessionários e aos clientes finais da Renault na Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega;
- na Áustria, a sucursal realiza financiamentos aos clientes e às redes;
- na Irlanda, a sucursal realiza financiamentos às redes;
- na Polónia, a sucursal realiza financiamentos aos clientes e às redes;
- Em Inglaterra, a sucursal angaria poupanças sob a forma de cadernetas e de depósitos a prazo.

A) Evolução dos princípios valorimétricos e de apresentação das contas

Não houve evolução significativa em termos de princípios valorimétricos ou de apresentação das contas durante o ano.

A aplicação do regulamento 2014-07 não teve reflexos nas contas do exercício.

B) Créditos sobre clientes

Princípios valorimétricos e de apresentação dos empréstimos concedidos e créditos sobre clientes

Os créditos correspondentes ao financiamento de vendas a clientes finais e ao financiamento da rede pertencem à categoria de «Empréstimos e créditos emitidos pela empresa». A este título, são inicialmente registados pelo justo valor e contabilizados pelo custo amortizado segundo o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva (TJE) é a taxa de rendimento interno até ao vencimento ou, no caso dos créditos a taxa variável, até à data mais próxima de atualização da taxa. A amortização atuarial de toda e qualquer diferença entre o montante inicial do crédito e o montante deste no vencimento é calculado segundo o método da TJE.

O custo amortizado dos créditos correspondentes ao financiamento de vendas compreende, além da parte contratual do crédito, as bonificações de juro recebidas do fabricante ou da rede, as despesas de processo pagas pelos clientes e as remunerações dos angariadores de negócios. Estes diferentes elementos, que contribuem para o rendimento do crédito, são apresentados em minoração ou majoração do montante do crédito e o respetivo reconhecimento na demonstração de resultados é objeto de uma repartição atuarial segundo a TJE dos créditos a que respeitam.

Em conformidade com o CRC 2014-07 de 26/11/2014, as comissões pagas aos angariadores de negócios, bem como as bonificações recebidas, despesas de processo e outros encargos ou proveitos escalonáveis são registados no balanço, com o crédito concedido a que dizem respeito (operações com a clientela).

Na demonstração de resultados, esses mesmos elementos escalonáveis são registados no produto líquido bancário.

Identificação do risco de crédito

No Grupo RCI Banque, são atualmente utilizados diferentes sistemas de notação interna:

- uma notação de grupo para os mutuários «Rede» utilizada nas diferentes fases da relação com o mutuário (aprovação inicial, acompanhamento do risco e depreciação);
- uma notação de grupo para as contrapartes bancárias estabelecida com base em *ratings* externos e no nível dos fundos próprios de cada contraparte;
- relativamente aos mutuários «Clientes», são utilizados diferentes sistemas de pontuação consoante as filiais e os tipos de financiamento em questão.

Todo e qualquer crédito que represente um risco comprovado de não cobrança parcial ou total é classificado numa das duas seguintes categorias:

- Créditos de cobrança duvidosa: a classificação em cobrança duvidosa tem lugar, o mais tardar, quando uma prestação permanece por pagar durante mais de três meses. A classificação de um crédito em cobrança duvidosa implica a transferência para cobrança duvidosa da totalidade dos empréstimos concedidos ao cliente em questão.
- Créditos incobráveis: a identificação de crédito incobrável tem lugar assim que seja declarada a antecipação do vencimento (crédito) ou a rescisão do contrato (aluguer) devido à degradação da situação financeira da contraparte. Na ausência de antecipação do vencimento ou de rescisão, esta identificação tem lugar, o mais tardar, um ano após a classificação em cobrança duvidosa.

Tendo em conta a incidência de práticas de gestão locais diferenciadas, a antecipação do vencimento ou a rescisão não tem lugar decorrido o mesmo período de tempo nos diferentes países em que o grupo RCI Banque exerce a sua atividade. Contudo, constata-se uma certa convergência das práticas segundo grandes zonas geográficas.

- Europa do Norte: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 3 a 4 meses após o primeiro incumprimento.
- Europa do Sul: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 6 a 8 meses após o primeiro incumprimento.
- América do Sul: a antecipação do vencimento ou a rescisão tem lugar, em regra, 6 a 8 meses após o primeiro incumprimento.

As indemnizações de rescisão e os juros de mora sobre cobranças duvidosas e incobráveis são contabilizados e provisionados integralmente até ao respetivo encaixe.

A reclassificação de um crédito de cobrança duvidosa em crédito são ocorre assim que são recebidos os montantes em atraso.

Fatores de redução do risco

O grupo RCI Banque pratica de forma limitada e localizada o recurso à cessão de créditos de cobrança duvidosa.

Imparidade por risco de crédito

As imparidades por risco de crédito comprovado são constituídas para cobrir os riscos de não-cobrança dos créditos. Estas imparidades são determinadas em base individual (de forma unitária ou com base num método estatístico de avaliação dos riscos, consoante o caso) ou em base coletiva e classificadas no balanço como deduções às rubricas de ativo correspondentes.

Atividade com Clientes

Na atividade com Clientes, é aplicado o método estatístico em base individual. Este método visa estimar a perda final do crédito em cobrança duvidosa, do crédito incobrável ou do crédito com incidente de pagamento. Os créditos «Clientes» são objeto de imparidade por grupo de risco representativo dos tipos de financiamento e dos bens financiados.

Os fluxos previsionais utilizados no quadro da imparidade estatística são determinados mediante a aplicação ao montante dos créditos por ocasião do incumprimento de uma taxa de recuperação periódica em função da idade da cobrança duvidosa. Os fluxos de recuperação são projetados por um período de vários anos, na sequência do qual o último fluxo representa um montante global das recuperações além desse período. As taxas de recuperação utilizadas resultam da observação das recuperações reais distribuídas ao longo de um período de 12 meses.

A imparidade de créditos de cobrança duvidosa é calculada mediante a comparação do valor recuperável estimado, constituído por fluxos de recuperação previsionais atualizados, com o valor contabilístico dos créditos em questão. Considerando o carácter estatístico do método de avaliação dos fluxos de recuperação previsionais, o cálculo do valor recuperável estimado é efetuado não individualmente por cada crédito, mas sim coletivamente por geração de contratos.

O crédito com incidente não classificado como de cobrança duvidosa é depreciado segundo a probabilidade de passagem a cobrança duvidosa e com base numa taxa de recuperação no momento da passagem a cobrança duvidosa. Trata-se de *incurred loss*, sendo o facto comprovado constituído por uma falta de pagamento inferior a 3 meses.

Caso o método estatístico em base individual não seja pertinente, os créditos com incidente e os de cobrança duvidosa são objeto de acompanhamento unitário e a imparidade é determinada em função de uma classificação das empresas e das fases de cobrança ou de procedimentos iniciadas.

Quando um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares é objeto de imparidade na sequência de uma desvalorização, os proveitos com juros ulteriores são contabilizados com base na taxa de juros utilizada na atualização dos cash-flows futuros de modo a avaliar tal desvalorização.

Atividade de Rede

As imparidades por riscos de crédito da atividade de Rede são calculadas em função de 3 tipos de créditos: com incidente, de cobrança duvidosa e são, cujos factos geradores e princípio de cálculo são descritos a seguir.

Os créditos não classificados como de cobrança duvidosa (com incidente ou são) são objeto de uma imparidade em base coletiva, quer de acordo com uma base estatística (histórico dos últimos três anos), que de acordo com a avaliação interna validada pelo «Comité dos Peritos de Riscos Rede Grupo» presidido pelos membros do Comité Executivo. A classificação na categoria dos créditos com incidente é gerada por factos tais como: degradação da estrutura financeira, perda de rentabilidade, irregularidade de pagamento, anomalia dos controlos de *stock*.

As imparidades por créditos de cobrança duvidosa são determinadas de forma unitária e individual em função dos créditos por produto (veículo novo, veículo usado, peças sobressalentes, cash, ...) e de acordo com uma classificação das contrapartes em estado de pré-alerta ou em estado de alerta, e após uma degradação constante e crítica dos indicadores acima referidos, pelos operacionais do Grupo RCI Banque.

Quanto aos créditos não classificados como de cobrança duvidosa e sem incidente (portanto, classificados como são), os mesmos são objeto de imparidades de forma coletiva em função dos riscos de crédito e sistémicos de cada país apreciado. Os montantes de imparidade são determinados em função das taxas técnicas e setoriais do crédito são e específicos de cada país. As imparidades dos ativos são do financiamento de Rede constituídas ou liberadas por riscos sistémicos são agrupadas na demonstração de resultados consolidada na rubrica «custo do risco de rede» das

filiais em questão.

Regras de passagem a perdas

Sempre que um crédito apresente um risco comprovado desde há três anos e que nenhum elemento permita antever uma cobrança, o montante da imparidade é anulado e o valor bruto é lançado em perdas com créditos incobráveis.

Imparidade dos valores residuais

O grupo RCI Banque assegura o acompanhamento sistemático e regular dos valores de revenda dos veículos usados, de modo a poder, nomeadamente, otimizar o preço das operações de financiamento.

A determinação dos valores residuais dos contratos faz-se, na maior parte dos casos, com recurso a tabelas de cotação, que indicam, para cada categoria de veículos, um valor residual característico do binómio duração / quilometragem.

Relativamente aos contratos em que o valor de retoma dos veículos no final do contrato não se encontra garantido por uma terceira parte exterior, é constituída uma imparidade mediante uma comparação entre:

- o valor económico do contrato, nomeadamente a soma dos fluxos contratuais futuros e do valor residual reavaliados com base nas condições de mercado à data da avaliação e atualizados segundo a taxa contratual; e
- o valor contabilístico conforme conste do balanço à data da avaliação.

O valor de revenda previsional é estimado tomando, nomeadamente, em conta a evolução recente e reconhecida do mercado de veículos usados, o qual pode ser influenciado por fatores externos (situação económica ou fiscalidade) ou internos (evolução da gama ou descida de preços do fabricante).

A imparidade é calculada sem compensação de lucros eventuais.

C) Operações de *leasing* e de locação financeira

As imobilizações objeto de contratos de *leasing*, de aluguer com opção de compra e de aluguer de longa duração constam do ativo do balanço pelo respetivo custo de aquisição deduzido das amortizações aplicadas. O custo de aquisição inclui todas as despesas acessórias de aquisição incluídas no montante do refinanciamento concedido e servindo de base para a determinação das rendas.

As amortizações são determinadas linearmente em função da duração normal de utilização dos bens em questão.

Em conformidade com o regulamento CRC n.º 2014-07 de 26/11/2014, as comissões pagas aos angariadores de negócios são repartidas ao longo do período de vigência efetiva do contrato segundo um método atuarial e linear. As comissões pagas aos angariadores de negócios, bem como as bonificações recebidas, despesas de processo e outros encargos ou proveitos escalonáveis são registados no balanço, com a conta do ativo imobilizado a que dizem respeito (operações de *leasing* e similares).

Na demonstração de resultados, os mesmos elementos escalonáveis são apresentados no produto líquido bancário.

D) Operações de aluguer simples

As imobilizações que são objeto de contratos de aluguer simples são registadas no ativo do balanço pelo respetivo custo de aquisição deduzido das amortizações aplicadas. O custo de aquisição inclui todas as despesas acessórias de aquisição incluídas no montante do refinanciamento concedido e servindo de base para a determinação das rendas.

As amortizações são determinadas em função da duração normal de utilização dos bens em questão.

Os alugueres de baterias de veículos elétricos são classificados como aluguer simples. As durações de vida das baterias foram fixadas entre 8 e 10 anos consoante o tipo de veículo elétrico.

E) Títulos de participação, participações em empresas associadas e outros títulos detidos a longo prazo

Títulos de participação e participações em empresas associadas

São integrados nesta categoria os títulos cuja posse duradoura é considerada útil à atividade da empresa, nomeadamente porque lhe permite exercer uma influência na sociedade emitente dos títulos ou garantir o domínio da mesma.

São consideradas como «Participações em empresas associadas» os títulos de empresas suscetíveis de inclusão por integração global num mesmo conjunto consolidável. Os outros títulos incluídos nesta categoria, mas não suscetíveis de inclusão por integração global num mesmo conjunto, são classificados em «Títulos de participação».

Outros títulos detidos a longo prazo

São integrados nesta categoria os investimentos realizados sob a forma de títulos com a intenção de favorecer o desenvolvimento de relações profissionais duradouras mediante a criação de um vínculo privilegiado com a empresa emitente, embora sem influência na gestão das empresas cujos títulos são detidos devido à reduzida percentagem dos direitos de voto que os mesmos representam.

Princípios de valorização e de provisionamento

Os títulos de participação, as participações em empresas associadas e os outros títulos detidos a longo prazo constam do balanço pelo custo de aquisição ou pelo custo reavaliado em 31 de dezembro de 1976 (reavaliação legal).

Sempre que o valor de utilização seja inferior a tal custo de aquisição, são constituídas provisões por imparidade. Regra geral, o valor de utilização é determinado em função da quota-parte de ativo líquido detida e conforme calculada segundo os princípios contabilísticos aplicados à elaboração das contas consolidadas.

Os dividendos correspondentes são contabilizados no exercício em que são postos a pagamento.

F) Dívida pública e títulos similares, obrigações, ações e outros títulos de rendimento fixo ou variável

Estas rubricas integram, nos termos da regulamentação bancária francesa, os títulos mobiliários, os instrumentos de mercado interbancário, os Títulos de Tesouro e outros títulos de crédito negociáveis.

Estes títulos são classificados em três categorias:

Títulos de negociação

São títulos destinados a cedência no breve prazo. A avaliação desta carteira é feita pelo valor de mercado, incluindo os cupões a pagamento, e as diferenças de avaliação são evidenciadas na demonstração de resultados.

Títulos de investimento

Os títulos de investimento integram os títulos adquiridos com a intenção de serem detidos por um período superior a seis meses.

Estes títulos constam do balanço pelo respetivo custo de aquisição, não incluindo cupões a pagamento das obrigações. Relativamente aos títulos de rendimento fixo, as diferenças positivas ou negativas entre o custo de aquisição e o valor de reembolso (desconto ou prémio) são repartidas pela duração de vida remanescente de tais títulos. Esta repartição é evidenciada na demonstração de resultados.

São constituídas provisões por imparidade sempre que o valor de mercado de uma linha de títulos à data de encerramento do exercício seja inferior ao custo de aquisição ou ao valor contabilístico corrigido da repartição dos descontos e prémios.

Títulos de investimento a longo prazo

Os títulos de investimento integram exclusivamente os títulos de rendimento fixo adquiridos na perspetiva de conservação duradoura (em princípio até à respetiva maturidade).

Estes títulos são quer cobertos por instrumentos de taxa de juro para proteção duradoura contra o risco de taxas quer associados a financiamentos de longo prazo que permitam a sua conservação efetiva até à maturidade.

Os descontos ou prémios são repartidos pela duração de vida remanescente dos títulos.

As provisões por imparidade só são constituídas quando existir uma grande probabilidade de incumprimento por parte do emitente dos títulos.

G) Ativos tangíveis e intangíveis

As imobilizações são contabilizadas e amortizadas segundo o método por componentes. Os elementos de um conjunto mais ou menos complexo são separados segundo as suas características e vidas úteis ou da sua capacidade para proporcionar benefícios económicos segundo diferentes ritmos.

Os ativos tangíveis são avaliados pelo respetivo custo histórico de aquisição.

Os ativos tangíveis que não sejam terrenos são, em regra, objeto de amortização linear segundo os períodos de utilização estimados seguintes:

- Imóveis	15 a 40 anos
- Outros ativos tangíveis	4 a 8 anos
- Aplicações informáticas adquiridas	1 a 3 anos

H) Empréstimos obtidos

Prémios e custos de emissões de títulos e de obrigações

Os prémios e custos de emissão são amortizados ao longo do período de vida dos empréstimos e constam das contas de regularização.

Operações complexas

As operações estruturadas são em pequeno número. Em regra, estas operações estão associadas a recursos sob a forma de depósitos ou de emissões de títulos e incluem *swaps* com uma ou várias cláusulas opcionais particulares.

No quadro destas montagens, os riscos de mercado (de taxa, de câmbio) são rigorosamente neutralizados.

Os resultados destas operações são registados na demonstração de resultados numa base *prorata temporis*.

I) Provisões

Responsabilidades com pensões de reforma e similares

Quanto aos regimes de prestações definidas relativos a benefícios posteriores ao emprego, os custos das prestações são estimados com base no método das unidades de crédito projetadas. Segundo este método, os direitos à prestação são afetados aos períodos de serviço em função da fórmula de aquisição de direitos do regime e tendo em conta um efeito de linearização sempre que o ritmo de aquisição dos direitos não seja uniforme no decurso dos períodos de serviço ulteriores.

Os montantes dos pagamentos futuros correspondentes aos benefícios concedidos aos funcionários são avaliados com base em hipóteses de evolução salarial, de idade de aposentação e de mortalidade e, seguidamente, atualizados com base nas taxas de juro das obrigações de longo prazo dos emitentes de primeira linha.

Da revisão das hipóteses de cálculo resultam diferenças atuariais que são registadas em capitais próprios.

O encargo líquido do exercício, correspondente à soma do custo dos serviços prestados e do custo da desatualização deduzida da rentabilidade prevista dos ativos do regime e da repartição dos custos dos serviços passados, consta, pela totalidade, das Despesas com pessoal.

Provisões para riscos de país

As provisões para os riscos de país incidem nos empréstimos concedidos a determinadas filiais e nos títulos de investimento detidos pela sede sobre tais filiais e permitem deduzir uma percentagem destes empréstimos aos resultados do exercício. A percentagem aplicada assim como os países onde tal provisão é objeto de cálculo constam do ofício da Direção da Legislação Fiscal francesa, de 24/07/2004.

As filiais em que o RCI Banque calcula esta provisão situam-se em países de:

- Categoria I, com dedução fiscal de 5 %: Eslovénia, Hungria, Coreia, República Checa e Polónia;
- Categoria II, com dedução fiscal de 10 %: Marrocos, Roménia, Eslováquia, Croácia e Rússia;
- Categoria III, com dedução fiscal de 30%: Argentina e Brasil.
-

J) Conversão dos elementos em divisas

Conversão das contas das sucursais estrangeiras

As sucursais no estrangeiro são geridas como estabelecimentos autónomos. Por conseguinte, foi considerado mais pertinente traduzir as contas das sucursais no estrangeiro assim como as das filiais, nomeadamente:

- as rubricas do balanço são convertidas ao câmbio da data de encerramento do exercício;
- as rubricas da demonstração de resultados são convertidas ao câmbio médio do exercício; exceto em caso de flutuação significativa, este último é utilizado como um valor aproximado do câmbio aplicável às transações subjacentes;
- as diferenças de conversão das rubricas não patrimoniais são incluídas nas contas de regularização em "Contas de ajustamento cambial".

Operações em divisas

No fecho das contas, os saldos monetários expressos em divisas são convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento. As diferenças cambiais constatadas nessa ocasião são contabilizadas na demonstração de resultados.

As diferenças resultantes da conversão dos títulos de participações e de filiais denominados em divisas e financiados em euros são lançadas em contas de ganhos e perdas cambiais. Nas rubricas de balanço, estas últimas são agrupadas com as contas dos títulos a que se referem.

As perdas cambiais apenas são provisionadas em caso de previsão de cessão ou resgate dos títulos no decurso do exercício seguinte. Do mesmo modo, em caso de cessão ou de reembolso, esta diferença cambial só é registada na demonstração de resultados na parte correspondente aos títulos cedidos ou reembolsados.

K) Instrumentos financeiros cambiais e de taxas

As operações com instrumentos financeiros a prazo não fechadas estão registadas nas responsabilidades extrapatrimoniais.

Instrumentos financeiros de taxas de juro transacionados em mercados de negociação direta

Trata-se, essencialmente, de operações de *swaps* de taxas de juro realizadas no quadro de uma gestão do risco global de taxas. Os proveitos e encargos relativos a estas operações de *swap* de taxas de juro são lançados na demonstração de resultados proporcionalmente ao tempo decorrido. Por outro lado, os resultados obtidos com outros instrumentos financeiros a prazo de taxas de juro, tais como os contratos de garantia de taxa (*Forward Rate Agreements*), os *caps*, os *floors* e os *collars*, são lançados na demonstração de resultados de forma repartida durante o período de vida dos elementos cobertos.

Sempre que o grupo é levado a adotar posições isoladas, os instrumentos em questão transacionados em mercados de negociação direta são avaliados segundo o método seguinte: os fluxos futuros confirmados são atualizados com base

numa curva de rendimentos de cupão zero da classe de instrumentos correspondente. As cotações das curvas de rendimentos e os câmbios são obtidos diariamente e de forma automática. Apenas as menos-valias relativas a conjuntos homogêneos de contratos são objeto de provisão.

Instrumentos cambiais

Os instrumentos cambiais destinam-se essencialmente a cobrir riscos cambiais. Os resultados relativos a estas operações são tomados em conta de forma simétrica ao longo do período de vida dos elementos cobertos.

L) Informações relativas ao risco de contraparte em produtos derivados

A exposição relativa ao risco de contraparte é acompanhada de acordo com dois métodos.

O acompanhamento individualizado do risco de contraparte assenta num método forfetário interno. Aqui, também é tido em conta o risco de entrega com recurso a um método interno de notação (esta é determinada conjuntamente com o acionista Renault), o que permite associar o limite atribuído a cada contraparte a uma pontuação que reflete vários fatores de risco ponderados, nomeadamente, nível dos fundos próprios, rácio de solvabilidade financeira, notações de longo e curto prazo de agências de *rating* e apreciação qualitativa da contraparte.

O método forfetário também é utilizado para avaliar o risco global de contraparte incorrido no conjunto dos produtos derivados contratados pelo grupo RCI Banque. Este método baseia-se em coeficientes de ponderação.

Esses coeficientes de ponderação são determinados pelo tipo de instrumento (3 % ao ano nas operações denominadas numa só divisa e 12 % ao ano nos dois primeiros anos da duração de vida inicial seguidos de 4% nos anos seguintes nas operações envolvendo duas divisas) e pela duração da operação. Esses coeficientes são voluntariamente mais elevados do que os previstos pela regulamentação sobre a adequação dos fundos próprios, o que traduz uma atitude deliberadamente prudente e conservadora face às atuais condições de mercado. Não é feita compensação entre os riscos decorrentes das posições com uma mesma contraparte que se neutralizem mutuamente.

É ainda realizado um acompanhamento global segundo o método “*mark to market positif + add-on*”.

Baseia-se no método regulamentar designado por “dos grandes riscos”. Para os depósitos e os excedentes de tesouraria em conta corrente, a exposição é contabilizada com base no valor nominal. Para os produtos derivados (de taxa e cambiais), é calculada como a soma das perdas potenciais, calculadas com base no valor de substituição dos contratos realizados com a contraparte sem compensação com os ganhos potenciais, acrescida de um “*add-on*” representando o risco potencial futuro. Este risco potencial futuro é determinado pela regulamentação bancária francesa (Portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativo às exigências de fundos próprios aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento artigo 267.º-3) da seguinte forma:

Duração residual	Contratos sobre taxas de juro (em % do nominal)	Contratos sobre taxas de câmbio (em % do nominal)
<= 1 ano	0%	1,00%
1 ano < duração <= 5 anos	0,50%	5,00%
> 5 anos	1,50%	7,50%

M) Setores operacionais

O RCI Banque tem por missão oferecer uma gama completa de financiamentos e serviços aos seus dois mercados de referência, designadamente os clientes finais (Grande Público e Empresas) e a rede de concessionários Renault, Nissan, Dacia, Renault Samsung Motors e Mitsubishi.

Estes dois mercados têm expectativas diferentes, pelo que exigem abordagens específicas em termos de marketing da oferta, processo de gestão, recursos informáticos e métodos comerciais e de comunicação. A organização do grupo foi estruturada numa perspetiva de perfeita coerência com estes dois mercados, com vista a reforçar o seu papel de orientação e de apoio assim como para reforçar a integração com a Renault e a Nissan, nomeadamente nos aspetos de marketing e comerciais.

Por conseguinte, a repartição por mercado foi implementada como segmentação operacional e corresponde ao eixo estratégico desenvolvido pela empresa. As informações apresentadas são elaboradas com base em relatórios internos remetidos ao Comité Executivo do Grupo, o qual constitui o «principal decisor operacional».

- A atividade de Rede abrange os financiamentos concedidos à rede de concessionários da aliança Renault-Nissan-Mitsubishi.
- A atividade de Clientes abrange o conjunto dos financiamentos e serviços associados, exceto os da atividade de Rede.
- As atividades de refinanciamento e de *holding* são agrupadas em «Outras atividades».
-

N) Implantação por zonas geográficas

Relativamente às rubricas de Balanço e de Demonstração de Resultados consideradas mais relevantes, é apresentada nas notas anexas uma repartição por zona geográfica de implantação (em conformidade com o 1124-51 do regulamento ANC 2014-07).

O) Empresas associadas

Quando o montante for significativo, a parte das operações entre a sociedade e as empresas associadas é apresentada nas notas anexas às demonstrações financeiras. A grande maioria das empresas associadas consiste em filiais do grupo RCI Banque. Estas transações são celebradas de acordo com as condições normais do mercado.

P) Consolidação

Desde 2005, o grupo RCI Banque elabora as suas contas consolidadas em conformidade com as normas IFRS, conforme aprovado pela União Europeia à data de elaboração das demonstrações financeiras e segundo a opção prevista em França relativamente aos grupos que apresentam contas consolidadas.

O RCI Bank S.A., sociedade-mãe do grupo, é uma sociedade anónima com conselho de administração, com o capital social totalmente liberado de 100.000.000 euros, sujeita a todas as disposições legislativas e regulamentares das instituições de crédito e registada no registo do comércio e das empresas (R.C.S) de Paris sob o número de pessoa coletiva 306 523 358.

O RCI Bank S.A. tem a sua sede social em 15, rue de Uzès, 75002 PARIS.

O RCI Bank S.A. tem por atividade principal o financiamento das marcas da Aliança.

As demonstrações financeiras consolidadas do RCI Bank S.A em 31 de dezembro respeitam à Sociedade e às suas filiais assim como às participações do grupo em sociedade associadas e em entidades sob controlo comum.

A sociedade RCI Banque é consolidada por integração global nas contas do Grupo Renault.

3. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO DAS CONTAS

Não existem acontecimentos relevantes posteriores ao fecho das contas suscetíveis de ter um impacto significativo nas mesmas.

4. ADAPTAÇÃO AO ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Num enquadramento económico que permanece complexo, o RCI Banque mantém uma política financeira prudente e reforça o seu dispositivo de gestão e controlo da liquidez.

Liquidez

O RCI Banque procura diversificar as suas fontes de acesso à liquidez. Desde o início da crise financeira, a empresa diversificou amplamente as suas fontes de financiamento. Além da base histórica de investidores obrigacionistas em euros, foram exploradas com sucesso novas zonas de distribuição.

O alargamento para oito anos dos prazos máximos de emissões em euros permitiu aceder a novos investidores interessados em duração. Por outro lado, o grupo esteve presente nos mercados obrigacionistas com emissões em várias divisas (USD, GBP, CHF, PLN, BRL, ARS, KRW, MAD, etc.), quer para financiar os ativos europeus, quer para acompanhar o desenvolvimento fora da Europa.

O recurso ao financiamento através da titularização, privada ou pública, permite também alargar a base de investidores.

Por último, o início da atividade de captação de depósitos lançada em fevereiro de 2012 e já implantada em quatro países veio completar esta diversificação permitindo que a empresa cumpra os requisitos de liquidez impostos pelas normas Basileia III.

A gestão do risco de liquidez do RCI Banque toma em consideração as recomendações da Autoridade Bancária Europeia (ABE) relativamente ao Processo de Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna (ILAAP) e assenta nos elementos seguintes:

- **Apetência pelo risco:** Este elemento é definido pelo Comité de Risco do Conselho de Administração.
- **Refinanciamento:** O plano de financiamento é elaborado numa perspetiva de diversificação do acesso à liquidez por produto, por moeda e por maturidade. As necessidades de financiamento são objeto de reenquadramentos regulares que permitem ajustar o plano de financiamento.
- **Reserva de liquidez:** A empresa procura dispor permanentemente de uma reserva de liquidez adequada à luz da apetência pelo risco de liquidez. A reserva de liquidez é constituída por linhas bancárias confirmadas e não utilizadas, ativos de garantia elegíveis para as operações de política monetária do BCE, ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e ativos financeiros. Esta reserva é objeto de revisão mensal por parte do Comité Financeiro.
- **Preços de transferência:** O refinanciamento das entidades europeias do Grupo é assegurado, fundamentalmente, pela Tesouraria do Grupo, a qual centraliza a gestão da liquidez e mutualiza os custos. Os custos de liquidez internos são objeto de revisão periódica por parte do Comité Financeiro e são utilizados pelas filiais comerciais na elaboração das suas tabelas de preços.
- **Cenários de stress:** Mensalmente, o Comité Financeiro é informado relativamente ao horizonte até ao qual a empresa pode garantir a continuidade da atividade com base na sua reserva de liquidez, isto em vários cenários de stress. Os cenários de stress incluem hipóteses de fuga de depósitos, de perda de acesso a novos financiamentos, de indisponibilidade parcial de determinados elementos da reserva de liquidez, assim como de previsões de produção de novos créditos. As hipóteses de fuga de depósitos em condições de stress são muito conservadoras e objeto de verificações a posteriori (*backtesting*) regulares.
- **Plano de emergência:** Existe um plano de emergência que permite identificar as medidas a adotar em termos de liquidez em caso de situação de stress.

Risco da atividade de crédito

A gestão da nova produção com base na probabilidade de incumprimento dada pelos sistemas de pontuação permitiu

melhorar a qualidade da carteira em todos os grandes mercados.

Uma vez que as perspectivas económicas continuam incertas, foi mantida a gestão centralizada da política de aprovação implementada desde o início da crise. A regulação dos sistemas de aprovação é ajustada em função do teste de *stress* atualizado trimestralmente nos principais países e por mercado (clientes particulares e empresas). Em síntese, a qualidade da produção encontra-se em linha com os objetivos.

Numa conjuntura em permanente evolução, o RCI Banque visa manter o risco de crédito global a um nível compatível com as expectativas da comunidade financeira e com os objetivos de rentabilidade.

Rentabilidade

O RCI Banque procede regularmente à revisão dos custos de liquidez internos utilizados na elaboração das tabelas aplicáveis às operações com clientes, permitindo, assim, manter uma margem na produção de novos créditos em sintonia com os objetivos orçamentais. Do mesmo modo, a tabela aplicável aos financiamentos concedidos aos concessionários é indexada a uma taxa de base interna que reflete o custo dos fundos obtidos e das reservas de liquidez necessárias à continuidade da atividade. Este método permite manter constante a rentabilidade dessa atividade.

Governança

O acompanhamento dos indicadores de liquidez é objeto de um ponto específico na agenda de cada reunião mensal do Comité Financeiro.

Também os comités de gestão por país acompanham de forma sistemática os indicadores de risco e de margem instantânea previsional, que completam as análises habituais da rentabilidade das filiais.

Exposição ao risco de crédito não comercial

O risco de contraparte bancária resulta da aplicação dos excedentes de tesouraria investidos sob a forma de depósitos a curto prazo e das operações de cobertura do risco de taxas juro ou de câmbios com base em produtos derivados.

Essas operações são realizadas junto de instituições bancárias de primeira linha previamente autorizadas pelo Comité de Contrapartes. Aliás, o RCI Banque dedica especial atenção à diversificação das contrapartes.

Por outro lado, com vista a cumprir os requisitos regulamentares resultantes da implementação do rácio de liquidez a 30 dias *Liquidty Coverage Ratio (LCR)*, o RCI Banque investe em ativos líquidos conforme definidos no Ato Delegado da Comissão Europeia. Estes ativos líquidos são principalmente constituídos por depósitos junto do Banco Central Europeu e por títulos emitidos por Estados ou por emittentes supranacionais. A duração média desta carteira de títulos é de aproximadamente 12 meses.

Além disso, o RCI Banque investiu, também, num fundo de títulos de dívida emitidos por agências europeias, por Estados e por emittentes supranacionais. A exposição média ao risco de crédito é de 6 anos com um limite de 9 anos. O fundo visa uma exposição nula ao risco de taxa com um máximo de 2 anos.

Ambiente macroeconómico

O Banco Central Europeu manteve a sua política monetária inalterada durante todo o ano de 2017 e anunciou a extensão do seu programa de compra de títulos até setembro de 2018, se bem que reduzindo o montante mensal de 60 para 30 mil milhões €. O BCE também salientou que a atual política de taxas de juros será mantida para além do período de facilitação quantitativa.

A Reserva Federal dos Estados Unidos, por seu turno, deu início à redução do seu balanço e procedeu a três subidas das suas taxas diretoras, colocando a taxa-objetivo dos fundos federais em 1,25-1,50%, ou seja, uma subida de 75 pb relativamente a 2016.

Em resposta às pressões inflacionistas resultantes da depreciação da libra, o Banco de Inglaterra também subiu as suas taxas diretoras para 0,50% (+25 pb).

A curva das taxas de swap em euros registou uma ligeira inclinação ao longo do ano. Assim, no final de 2017, o *swap* a 5 anos encontrava-se próximo dos 0,30%, um nível próximo do pico atingido durante o verão e representativo de uma subida anual da ordem dos 20 pb.

Após um ligeiro alargamento no início do ano, os *spreads* do crédito sofreram um estreitamento significativo na sequência das eleições francesas.

5. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 : Caixa, bancos centrais e CCP

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Caixa	11	12
Bancos centrais e CCP	1 221 566	956 026
Total de caixa, bancos centrais e CCP	1 221 577	956 038

Os prazos de todas estas operações são inferiores a 3 meses.

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2017	12/2016
França	1 097 867	859 610
União Europeia (excepto França)	114 537	91 660
Resto do mundo	9 173	4 768
Total de caixa, bancos centrais e CCP	1 221 577	956 038

Nota 2 : Dívida pública e títulos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Títulos de rendimento fixo	473 101	309 710
Total de dívida pública e títulos similares	473 101	309 710

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	165 610	169 095
De 3 a 12 meses	117 843	98 637
De 1 a 5 anos	189 648	41 978
Superior a 5 anos		
Total de dívida pública e títulos similares	473 101	309 710

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2017	12/2016
França	292 985	144 117
União Europeia (excepto França)	180 116	165 593
Resto do mundo		
Total de dívida pública e títulos similares	473 101	309 710

Nota 3 : Créditos sobre instituições de crédito

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Créditos à vista sobre instituições de crédito	369 839	214 494
Contas devedoras ordinárias	251 470	191 460
Empréstimos de muito curto prazo	118 000	22 854
Créditos associados	369	180
Créditos a prazo sobre instituições de crédito	9 299 125	13 113 457
Empréstimos de participação ou subordinados	1 800	1 800
Contas e empréstimos a prazo	9 253 473	13 046 381
Créditos associados	43 852	65 276
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito (*)	9 668 964	13 327 951
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>9 426 561</i>	<i>13 136 542</i>

As empresas associadas correspondem essencialmente às operações de refinanciamento das sucursais.

A redução das contas e empréstimos a prazo entre dezembro de 2016 e de dezembro de 2017 deve-se, principalmente, à reclassificação da filial inglesa de instituição de crédito em sociedade comercial.

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	4 109 302	6 178 030
De 3 a 12 meses	2 578 106	2 122 285
De 1 a 5 anos	2 979 756	5 025 836
Superior a 5 anos	1 800	1 800
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	9 668 964	13 327 951

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2017	12/2016
França	9 536 233	10 927 861
União Europeia (excepto França)	128 946	2 386 459
Resto do mundo	3 785	13 631
Total dos empréstimos e créditos sobre instituições de crédito	9 668 964	13 327 951

Nota 4 : Operações com clientes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Créditos sãos a clientes	11 097 484	9 134 604
Créditos afectados não titulados	6 952 265	5 255 363
Créditos de financiamento de rede	4 206 910	3 950 594
Créditos associados a contratos sãos	10 549	8 887
Imparidade de créditos em incumprimento	(72 240)	(80 240)
Créditos de cobrança duvidosa	46 230	42 124
Créditos associados a contratos de cobrança duvidosa	235	4 528
Créditos sobre contratos de cobrança duvidosa	76 303	63 820
Imparidade de contratos de cobrança duvidosa	(33 590)	(29 188)
Créditos associados a contratos incobráveis	581	793
Créditos sobre contratos incobráveis	37 443	48 050
Imparidade de contratos incobráveis	(34 742)	(45 879)
Créditos diversos	9 113 906	4 060 739
Créditos comerciais	159 972	149 008
Empréstimos a clientes financeiros	218 311	35 341
Outros créditos a clientes	8 674 557	3 846 980
Valores não imputados	10 195	7 647
Créditos associados a financiamentos diversos	49 026	20 706
Créditos duvidosos sobre financiamentos diversos	1 845	1 057
Contas ordinárias	230 644	209 730
Contas ordinárias sãs	230 539	180 352
Créditos associados a contas ordinárias sãs	105	29 378
Diferimentos	120 056	48 033
Diferimento de bonificações recebidas	(245 980)	(220 477)
Diferimento de despesas de processo recebidas	(91 215)	(70 499)
Diferimento de comissões pagas	386 405	277 037
Diferimento de outras despesas pagas	70 846	61 972
Total líquido de créditos sobre clientes (*)	20 608 320	13 495 230
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>8 915 384</i>	<i>4 018 937</i>

O aumento de outros créditos a clientes entre dezembro de 2016 e de dezembro de 2017 deve-se, principalmente, à reclassificação da filial inglesa de instituição de crédito em sociedade comercial.

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	7 921 668	4 182 416
De 3 a 12 meses	5 559 226	4 449 569
De 1 a 5 anos	6 560 208	4 510 023
Superior a 5 anos	567 218	353 222
Total líquido de créditos sobre clientes	20 608 320	13 495 230

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2017	12/2016
França	5 955 703 5 955 703	3 866 474 3 866 474
União Europeia (excepto França)	14 494 402 14 448 172 42 948 3 282	9 538 605 9 496 481 39 160 2 964
Resto do mundo	158 215 158 215	90 151 90 151
Total líquido de créditos sobre clientes	20 608 320	13 495 230

Decomposição por sector de actividade	12/2017	12/2016
Financiamento de clientes	7 086 598	5 314 924
Valor bruto dos créditos	7 145 378 7 082 871 32 321 30 186	5 376 602 5 312 284 27 491 36 827
Imparidade de créditos	(58 780) (7 392) (24 010) (27 378)	(61 678) (6 105) (21 567) (34 006)
Financiamento de redes	4 177 172	3 909 837
Valor bruto dos créditos	4 258 964 4 206 910 44 216 7 838	4 003 466 3 950 593 40 857 12 016
Imparidade de créditos	(81 792) (64 848) (9 580) (7 364)	(93 629) (74 135) (7 621) (11 873)
Outras actividades	9 344 550	4 270 469
Valor bruto dos créditos	9 344 550 9 344 549 1	4 270 469 4 270 469
Total líquido de créditos sobre clientes	20 608 320	13 495 230

Nota 5 : Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Títulos de investimento	6 690 874	5 652 593
Títulos de rendimento fixo	6 675 656	5 635 172
Créditos associados a títulos de colocação de rendimento fixo	15 241	17 571
Imparidade de títulos de rendimento fixo	(23)	(150)
Total das obrigações e outros títulos de rendimento fixo (*)	6 690 874	5 652 593
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>1</i>	
<i>(*) incluindo títulos cotados</i>	<i>5 907 766</i>	<i>4 762 570</i>

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	1 105 429	1 500 489
De 3 a 12 meses	3 115 172	1 312 652
De 1 a 5 anos	1 648 191	2 654 270
Superior a 5 anos	822 082	185 182
Total das obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6 690 874	5 652 593

O valor do mercado dos títulos de investimento é de 6.929 milhões € no final de dezembro de 2017 contra 5.773 milhões € em 31 de dezembro de 2016. A mais-valia potencial ascende a 215 milhões € em 2017 (depois de considerada a subavaliação) contra uma mais-valia potencial de 113 milhões € em 2016.

Detalhe dos títulos de investimento adquiridos no âmbito de operações de titularização:

Entidades cedentes	DIAC SA	DIAC SA	DIAC SA	Succursale Italienne	Succursale Allemande	Succursale Allemande	Succursale Allemagne	Succursale Allemande	Succursale Allemande
Data de início	mai-12	juillet-13	octobre-14	juillet-15	juillet-17	mars-14	décembre-13	mars-17	mai-16
Veículos de emissão	Cars Alliance Auto Loans France FCT Master	FCT Cars Alliance DFP France	Cars Alliance Auto Loans France V2014-1	Cars Alliance Auto Loans Italy SPV	Cars Alliance DFP Germany 2017	Cars Alliance Auto Loans Germany Master	Cars Alliance Auto Loans Germany V2013-1	Cars Alliance Leases Germany	Cars Alliance Auto Loans Germany V 2016-1
Natureza de créditos cedidos	Crédits automobiles à la clientèle	Créances concessionnaires indépendants	Crédits automobiles à la clientèle	Crédits automobiles à la clientèle	Créances concessionnaires indépendants	Crédits automobiles à la clientèle	Crédits automobiles à la clientèle	Créances sur le réseau	Crédits automobiles à la clientèle
Montante (em milhares) dos títulos subscrito a 31-12-17	Class A Notation AAA 1 134 200	Class A Notation AAA 750 000	Class A Notation AAA 70	Class A Notation AAA 955 000	Class A Notation AAA 675 000	Class A Notation AAA 1 998 100	Class A Notation AAA 33		Class A Notation AAA 160 818
				Class B Non notées 291 500		Class B Non notées 173 800	Class B Notation A 56 799	Class B Non notées 147 082	
Montante (em milhares) dos títulos subscrito a 31-12-17							Class C Non notées 52 300		Class C, S, T Non notées 38 100

Nota 6 : Acções e outros títulos de rendimento variável

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Títulos de rendimento variável	161 737	108 392
Total de acções e outros títulos de rendimento variável (*)	161 737	108 392

(*) incluindo títulos cotados

150 052

100 000

Nota 7 : Outros títulos detidos a longo prazo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Valores brutos dos títulos	212	212
Outros títulos detidos a longo prazo	212	212
Imparidade de títulos	(211)	(211)
Imparidade de outros títulos detidos a longo prazo	(211)	(211)
Total das participações e outros títulos detidos a longo prazo (*)	1	1

(*) incluindo títulos cotados

Nota 8 : Participações e participações em empresas associadas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Participações em empresas associadas	1 421 847	917 198
Títulos de participação	35 369	12 243
Imparidade de participações em empresas associadas	(17 700)	(13 310)
Total das participações em empresas associadas (*)	1 439 516	916 131

(*) incluindo títulos cotados

Variação das participações em empresas associadas e de outras participações

(Em milhares de euros)

Variação do período	Base	Provisões
Saldo no início do período	929 441	(13 310)
Class & Co SAS	9 244	
Flit technologies Ltd	13 882	(5 000)
Overlease Italie	(5)	
Diac SA	499 956	
RCI Colombia SA	4 697	610
Outros movimentos	1	
Saldo no fecho do período	1 457 216	(17 700)

Nota 9 : Leasing e aluguer com opção de compra

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Activos fixos brutos	2 345 715	1 790 949
Amortizações	(833 695)	(710 091)
Rendas vencidas	6 373	3 205
Imparidade de créditos em incumprimento	(4 197)	(2 882)
Créditos associados	199	162
Rendas de cobrança duvidosa	3 768	4 715
Imparidade de rendas de cobrança duvidosa	(2 379)	(3 271)
Rendas incobráveis	10 189	10 829
Imparidade de rendas incobráveis	(9 733)	(10 277)
Diferimento de bonificações recebidas	(46 690)	(33 872)
Diferimento de despesas de processo recebidas	(8 608)	(6 922)
Diferimento de comissões pagas	22 971	13 534
Diferimento de outras despesas pagas	8 101	8 991
Total das operações de leasing e locação com opção de compra (*)	1 492 014	1 065 070
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>(35 266)</i>	<i>(26 660)</i>

Todas estas operações são realizadas a partir da União Europeia (excepto França)

Nota 10 : Aluguer simples

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Activos fixos brutos	154 114	120 064
Amortizações	(30 337)	(19 803)
Rendas vencidas	283	117
Imparidade de créditos em incumprimento	(823)	(259)
Rendas de cobrança duvidosa	165	56
Imparidade de rendas de cobrança duvidosa	(65)	(41)
Rendas incobráveis	429	234
Imparidade de rendas incobráveis	(386)	(187)
Diferimento de comissões pagas	415	162
Total das operações de aluguer simples (*)	123 795	100 343
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>105 797</i>	<i>80 284</i>

Todas estas operações são realizadas a partir da União Europeia (excepto França)

Nota 11 : Activos intangíveis

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Valor bruto dos activos intangíveis	9 903	9 252
Concessões, patentes e direitos similares	9 864	9 205
Outros activos intangíveis	39	47
Amortizações de activos intangíveis	(8 929)	(8 496)
Amortizações de concessões, patentes e direitos similares	(8 890)	(8 468)
Amortizações de outros activos intangíveis	(39)	(28)
Total de activos intangíveis	974	756

Nota 12 : Activos tangíveis

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Valor bruto dos activos tangíveis	29 691	27 814
Construções	300	284
Equipamentos de transporte	2 392	2 504
Mobiliário e equipamentos administrativos	6 358	5 429
Mobiliário e equipamentos informáticos	12 335	12 052
Outros activos tangíveis	8 306	7 545
Amortizações de activos tangíveis	(24 519)	(23 746)
Amortizações de construções	(297)	(280)
Amortizações de equipamentos de transporte	(385)	(370)
Amortizações de mobiliário e equipamentos administrativos	(5 033)	(4 726)
Amortizações de mobiliário e equipamentos informáticos	(11 710)	(11 497)
Amortizações de outros activos tangíveis	(7 094)	(6 873)
Total dos activos tangíveis	5 172	4 068

Nota 13 : Outros activos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Estado	60 864	62 969
Créditos sociais	122	158
Devedores diversos	164 871	113 181
Créditos associados a devedores diversos	2 290	2 843
Total de outros activos	228 147	179 151

Nota 14 : Contas de regularização

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Custos a repartir por despesas e prémios de emissão de empréstimos	46 469	36 021
Acréscimo de custos	1 876	691
Proveitos a receber sobre swaps e IFTs	33 470	36 000
Outros proveitos a receber	27 234	28 655
Contas de regularização cambial	42 666	100 304
Valores no encaixe	208 666	99 604
Total das contas de regularização	360 381	301 275

A contrapartida dos proveitos e encargos resultante da conversão das operações cambiais à vista e a prazo registadas em rubricas não patrimoniais consta do balanço em "Contas de regularização cambial". A conversão foi feita no âmbito do fecho de contas.

Nota 15 : Dívidas a instituições de crédito

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Dívidas a instituições de crédito	149 870	159 100
Contas ordinárias credoras	149 870	159 100
Créditos a prazo sobre instituições de crédito	4 668 526	5 403 411
Contas e empréstimos a prazo	4 665 286	5 400 140
Dívidas associadas	3 240	3 271
Total das dívidas a instituições de crédito (*)	4 818 396	5 562 511
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>1 970 896</i>	<i>3 284 192</i>

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	604 563	997 261
De 3 a 12 meses	1 638 833	494 718
De 1 a 5 anos	2 575 000	4 070 532
Superior a 5 anos		
Total das dívidas a instituições de crédito	4 818 396	5 562 511

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2017	12/2016
França	4 564 532	5 414 564
União Europeia (excepto França)	166 619	97 876
Resto do mundo	87 245	50 071
Total das dívidas a instituições de crédito	4 818 396	5 562 511

O saldo do financiamento concedido pelo Banco de França por contrapartida dos créditos e títulos mobilizados ascende a 2.500 milhões € em 31 de dezembro de 2017 contra 2.000 milhões € em 31 de dezembro de 2016.

Nota 16 : Operações com clientes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Dívidas à vista em operações com clientes	11 724 393	9 255 277
Contas ordinárias credoras	219 124	216 017
Depósitos a prazo	11 456 336	9 009 605
Adiantamentos e outros montantes a débito	12 484	9 385
Dívidas associadas	36 449	20 270
Dívidas a prazo em operações com clientes	5 781 099	4 435 491
Contas ordinárias credoras a prazo	5 774 761	4 429 205
Dívidas associadas	6 338	6 286
Total das operações com clientes (*)	17 505 492	13 690 768
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>2 410 369</i>	<i>1 002 981</i>

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	12 600 732	9 978 340
De 3 a 12 meses	1 411 864	1 369 661
De 1 a 5 anos	2 792 896	1 792 767
Superior a 5 anos	700 000	550 000
Total das operações com clientes	17 505 492	13 690 768

Decomposição por zona geográfica de implantação	12/2017	12/2016
França	3 461 769	2 189 205
União Europeia (excepto França)	13 982 652	11 473 929
Resto do mundo	61 071	27 634
Total das operações com clientes	17 505 492	13 690 768

Nota 17 : Dívidas tituladas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Dívidas tituladas	16 334 140	13 924 964
Empréstimos obrigacionistas	15 601 340	12 533 597
Títulos de créditos negociáveis	732 800	1 391 367
Dívidas associadas a dívidas tituladas	84 213	85 159
Empréstimos obrigacionistas	84 212	85 158
Títulos de créditos negociáveis	1	1
Total de dívidas tituladas	16 418 353	14 010 123

Decomposição por duração residual	12/2017	12/2016
Inferior a 3 meses	1 145 496	1 795 081
De 3 a 12 meses	1 889 894	2 318 440
De 1 a 5 anos	10 282 963	7 796 602
Superior a 5 anos	3 100 000	2 100 000
Total de dívidas tituladas	16 418 353	14 010 123

Todas estas operações são realizadas a partir de França

Nota 18 : Outros rubricas de passivo

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Estado	56 975	51 495
Dívidas relativas a operações com títulos		11 218
Dívidas sociais	9 339	8 170
Credores diversos	172 595	151 068
Dívidas associadas a credores diversos	144 680	138 716
Depósitos de garantia recebidos em operações de leasing e similares	5 021	4 263
Total de outros passivos	388 610	364 930

Nota 19 : Contas de regularização

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Proveitos a repartir por prémios de emissão de empréstimos	108	545
Acréscimo de proveitos em operações de leasing e similares	33 978	25 901
Acréscimo de proveitos em operações com clientes	195 762	144 112
Outros proveitos acrescidos	3 001	2 369
Contas de ajustamento cambial		1
Custos a pagar em swaps e IFTs	11 252	13 040
Outras contas de regularização passivas	50 246	30 588
Total das contas de regularização	294 347	216 556

Nota 20 : Provisões

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	Aumentos	Reduções/Reversões		Outras variações (*)	12/2017
			Utilizadas	Não utilizadas		
Imparidade de operações bancárias	63 532	14 434	(303)	(10 498)	7	67 172
Litígios com clientes	1 025	659	(303)	(78)	1	1 304
Riscos de país	62 507	13 775		(10 420)	6	65 868
Imparidade de operações não bancárias	31 609	7 547	(24 632)	(222)	(6)	14 296
Responsabilidades com reformas	3 330	126	(434)	(72)		2 950
Planos sociais e de reestruturação	620	1	(512)	(2)	(2)	105
Outros riscos e encargos	27 659	7 420	(23 686)	(148)	(4)	11 241
Total das provisões	95 141	21 981	(24 935)	(10 720)	1	81 468

(*) Outras variações = Reclassificações e efeitos de variações cambiais

Nenhum dos litígios conhecidos em que está envolvida a empresa deverá implicar perdas significativas que não tenham sido devidamente provisionadas.

Nota 20.1 : Imparidade de responsabilidades com reformas e equivalentes

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	Valor actuarial dos compromissos	Valor actuarial dos fundos investidos	Compromissos líquidos dos fundos	Diferenças actuariais	Provisão no Balanço
Saldo em 31 Dezembro de 2008	3 660	0	3 660	(77)	3 583
Custos líquidos do exercício de 2009	376		376		376
Prestações e contribuições pagas	(629)		(629)		(629)
Diferenças actuariais	4		4	(4)	
Saldo em 31 Dezembro de 2009	3 411	0	3 411	(81)	3 330
Custos líquidos do exercício de 2010	126		126		126
Prestações e contribuições pagas	(506)		(506)		(506)
Diferenças actuariais	(33)		(33)	33	
Saldo em 31 Dezembro de 2010	2 998	0	2 998	(48)	2 950

Principais hipóteses actuariais consideradas	12/2017	12/2016
Idade de reforma	67 ans	68 ans
Evolução dos salários	1,50%	1,50%
Taxa de actualização financeira	0,69%	0,74%
Taxa de saída dos trabalhadores da empresa	5,26%	1,48%

As responsabilidades relativas a reformas respeitam apenas à sucursal italiana.

Nota 20.2 : Provisões constituídas para cobertura de um risco de contraparte (Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	Aumentos	duções/Reversões	Outras variações (*)	12/2017
Imparidade	185 895	38 927	(48 039)	(694)	176 089
Operações com clientes	172 224	33 839	(47 214)	(694)	158 155
Operações com títulos	13 671	5 088	(825)		17 934
Imparidade de operações bancárias	63 532	14 434	(10 801)	7	67 172
Litígios com clientes	1 025	659	(381)	1	1 304
Riscos de país	62 507	13 775	(10 420)	6	65 868
Total	249 427	53 361	(58 840)	(687)	243 261

(*) Outras variações = Reclassificações e efeitos de variações cambiais

Nota 21 : Capitais Próprios (Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2016	Aplicação de resultados 2016	Varição 2010	12/2017
Capital subscrito	100 000			100 000
Prémios de emissão e de fusão	258 807			258 807
Reserva legal	10 000			10 000
Outras reservas	9 614			9 614
Diferenças de reavaliação	76			76
Resultados transitados	1 718 030	380 135		2 098 165
Resultado do exercício	380 135	(380 135)	491 209	491 209
Total dos capitais próprios	2 476 662		491 209	2 967 871

O capital social da empresa é representado por 1.000.000 de ações, das quais 999.994 detidas pela Renault SAS.

O resultado líquido por ação, assim como o resultado diluído por ação, ascende a 380,13 € em 31 de dezembro do exercício contra 307,83 € no ano transato.

2017

Resultado transitado 31/12/2017	2 098 165
Resultado do exercício	491 209
	2 589 374
Resultado transitado	2 589 374

Nota 22 : Compromissos assumidos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Compromissos de financiamento	880 008	660 921
Outros compromissos assumidos perante instituições de crédito	4 000	
Abertura de créditos confirmados em favor de clientes	838 008	645 421
Outros compromissos assumidos perante estabelecimentos de clientes	38 000	15 500
Garantias prestadas	657 596	638 325
Cauções, avais e outras garantias à ordem de instituições de crédito	350 715	343 366
Cauções, avais e outras garantias à ordem de clientes	306 881	294 959
Compromissos sobre títulos	2 200	2 200
Títulos a entregar a prazo	2 200	2 200
Outros compromissos assumidos	6 955 859	5 460 092
Valores dados em garantia	6 955 859	5 460 092
Total dos compromissos assumidos (*)	8 495 663	6 761 538
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>348 616</i>	<i>312 491</i>

Os Outros compromissos assumidos correspondem principalmente aos créditos e títulos dados em garantia ao Banco Central para a obtenção do financiamento associado à mobilização.

Nota 23 : Compromissos recebidos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Compromissos de financiamento	8 005 919	6 721 406
Abertura de créditos confirmados recebidos de instituições de crédito	8 005 919	6 721 406
Garantias recebidas	3 504 086	2 659 720
Cauções, avais e outras garantias recebidas de instituições de crédito	158 907	138 477
Cauções, avais e outras garantias recebidas de clientes	1 257 689	981 244
Fianças e outras seguranças reais recebidas de clientela	540 151	449 991
Compromissos de retoma de veículos locados	1 547 339	1 090 008
Total dos compromissos recebidos (*)	11 510 005	9 381 126
<i>(*) incluindo empresas associadas</i>	<i>941 888</i>	<i>696 066</i>

Foi registado em 31 de dezembro de 2017 um compromisso de financiamento recebido do Banco Central Europeu no valor de 6.080 milhões € contra 4.627 milhões € em 2016.

Nota 24 : Instrumentos financeiros a prazo e câmbios à vista

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Book value 12/17	Fair value 12/17
Cobertura do risco cambial					
<u>Swap de divisas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de divisas	608 566	288 640		897 206	910 263
Vendas (empréstimo) de swaps de divisas	640 268	302 207		942 475	1 002 648
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Compras cambiais a prazo	1 883 745			1 883 745	1 891 731
Vendas cambiais a prazo	1 886 988			1 886 988	1 891 485
<u>Operações cambiais à vista</u>					
Compras cambiais à vista	2 677			2 677	2 677
Vendas cambiais à vista	2 870			2 870	2 870
Cobertura do risco de taxas					
<u>Swap de taxas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de taxas	7 713 502	8 709 899	2 350 000	18 773 401	17 833 722
Vendas (empréstimo) de swaps de taxas	6 918 894	9 504 507	2 350 000	18 773 401	17 857 864

Decomposição por natureza	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Book value 12/16	Fair value 12/16
Cobertura do risco cambial					
<u>Swap de divisas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de divisas	262 513	662 274		924 787	952 270
Vendas (empréstimo) de swaps de divisas	262 513	766 036		1 028 549	1 162 028
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Compras cambiais a prazo	1 549 772			1 549 772	1 581 877
Vendas cambiais a prazo	1 553 147			1 553 147	1 554 635
<u>Operações cambiais à vista</u>					
Compras cambiais à vista	10 060			10 060	10 060
Vendas cambiais à vista	5 440			5 440	5 440
<u>Operações em divisas</u>					
Divisas emprestadas ainda não entregues	23 360			23 360	23 360
Cobertura do risco de taxas					
<u>Swap de taxas</u>					
Compras (empréstimo) de swaps de taxas	7 086 369	5 200 777	1 650 000	13 937 146	12 664 485
Vendas (empréstimo) de swaps de taxas	6 794 374	5 492 772	1 650 000	13 937 146	12 721 891

Nota 25 : Activos e passivos em divisas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Contravalor em euros dos activos em divisas	6 480 122	6 191 350
Contravalor em euros dos passivos em divisas	6 264 717	5 501 660

Nota 26 : Juros e proveitos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Juros e proveitos em operações com instituições de crédito	140 974	249 430
Juros e proveitos em operações com clientes	787 520	564 664
Juros e proveitos em obrigações e outros títulos de rendimento fixo	204 986	193 424
Juros e proveitos noutras operações	562	2 040
Total de juros e proveitos similares	1 134 042	1 009 558

Nota 27 : Juros e custos similares

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Juros e custos em operações com instituições de crédito	(88 954)	(97 541)
Juros e custos em operações com clientes	(480 924)	(411 182)
Juros e custos em obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(204 770)	(212 203)
Total de juros e custos similares	(774 648)	(720 926)

Nota 28 : Resultado sobre operações de locação e assimiladas

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Proveitos de operações de leasing e similares	499 377	462 890
Rendas	463 792	400 096
Juros de mora	3 232	2 854
Mais-valias na cessão de activos fixos	32 074	59 851
Perdas em créditos incobráveis (parte de juros)	(154)	(131)
Redução de provisões	841	815
Aumento de provisões	(408)	(595)
Despesas com operações de leasing e similares	(448 334)	(401 427)
Aumento de amortizações	(404 568)	(366 678)
Diferimento de comissões e outras despesas pagas	(18 384)	(16 036)
Menos-valias na cessão de activos fixos	(25 382)	(18 713)
Total de operações de leasing e similares	51 043	61 463

Nota 29 : 0

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Proveitos de operações de locação simples	21 218	17 146
Rendas	20 765	16 571
Juros de mora	1	
Mais-valias na cessão de activos fixos	452	575
Despesas com operações de locação simples	(12 752)	(10 357)
Aumento de amortizações	(11 826)	(9 239)
Diferimento de comissões e outras despesas pagas	(434)	(442)
Menos-valias na cessão de activos fixos	(456)	(676)
Outros custos	(36)	
Total de operações de aluguer simples	8 466	6 789

Nota 30 : Rendimentos de títulos de rendimento variável

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Rendimentos da carteira de investimento	122 607	125 257
Rendimentos de participações em empresas associadas	243 289	211 478
Total dos rendimentos de títulos de rendimento variável	365 896	336 735

Nota 31 : Commissions

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Comissões (Proveitos)	42 893	34 602
Comissões de clientes	11 424	8 886
Comissões em títulos	84	78
Outras comissões	31 385	25 638
Comissões (Custos)	(24 642)	(21 481)
Comissões de instituições de crédito	(367)	(302)
Comissões de clientes	(134)	(1 004)
Comissões em títulos	(396)	(318)
Outras comissões	(23 745)	(19 857)
Total de comissões (*)	18 251	13 121

(*) incluindo empresas associadas

7 554

4 228

Nota 32 : Lucros ou perdas sobre op. das carteiras de colocação e negociação

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Ganhos e perdas em operações de carteiras de negociação	1 392	223
Operações cambiais	1 392	223
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	(3 417)	(7)
Ganhos e perdas em operações de carteiras de investimento e similares	(3 544)	143
Aumento de provisões	(88)	(150)
Redução de provisões	215	
Total de ganhos e perdas em operações financeiras	(2 025)	216

Nota 33 : Outros proveitos operacionais

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Outros proveitos de exploração bancária	154 514	109 580
Transferências de custos (nomeada/ indemn. recebidas por sinistros de veículos)	2 838	2 055
Operações conjuntas	23 451	8 886
Outros proveitos de exploração bancária	128 225	98 639
Outros proveitos de exploração não bancária	8 112	5 731
Proveitos de prestações de actividades de serviço	3 977	946
Operações conjuntas	284	346
Outros proveitos de exploração não bancária	3 851	4 439
Total de outros proveitos operacionais	162 626	115 311

Nota 34 : Outros custos operacionais

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Outros custos de exploração bancária	(3 309)	1 040
Outros custos de exploração bancária	(6 259)	(3 429)
Variação de Imparidade de riscos e custos de exploração bancária	2 950	4 469
Outros custos de exploração não bancária	(5 477)	(3 951)
Custos de prestações de actividades de serviço	(2 296)	(233)
Outros custos de exploração não bancária	(10 248)	(1 713)
Variação de Imparidade de riscos e custos de exploração não bancária	7 067	(2 005)
Total de outros custos operacionais	(8 786)	(2 911)

Nota 35 : Custos gerais de exploração

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Despesas com pessoal	(112 803)	(103 621)
Salários e remunerações	(55 523)	(53 079)
Encargos sociais com reformas	(2 507)	(2 691)
Outros encargos sociais	(14 112)	(12 560)
Refacturação de despesas com pessoal	(40 663)	(34 289)
Outras despesas com pessoal	2	(1 002)
Outras despesas administrativas	(183 759)	(136 424)
Impostos e taxas	(29 616)	(27 433)
Trabalhos, fornecimentos e serviços externos	(86 828)	(76 316)
Comissões não diferidas pagas à rede comercial	(65 232)	(35 055)
Variação das Imparidade de outras despesas administrativas	(385)	(11)
Refacturação das despesas administrativas	(1 698)	2 391
Total de outros custos operacionais gerais (*)	(296 562)	(240 045)
<i>(*) incluindo honorários do revisor oficial de contas</i>	<i>(1 308)</i>	<i>(927)</i>

Efectivo médio	12/2017	12/2016
França		
União Europeia (excepto França)	897	859
	882	844
	15	15
Resto do mundo	20	16
	18	14
	2	2
Total	917	875

Os órgãos de administração e de direção não são remunerados pelos respetivos cargos.

Relativamente aos honorários dos revisores oficiais de contas, os serviços além da certificação das contas prestados durante o exercício pela KPMG Audit ao RCI e às entidades por este controladas foram essencialmente (i) cartas de conforto no âmbito de emissões obrigacionistas (ii) missões de certificação envolvendo, nomeadamente, informações sobre Responsabilidade Social e Ambiental e (iii) procedimentos acordados e realizados devido, essencialmente, a motivos regulamentares locais. Os serviços além da certificação das contas prestados durante o exercício pela Ernst & Young Audit ao RCI e às entidades por este controladas foram essencialmente (i) cartas de conforto no âmbito de emissões obrigacionistas e (ii) procedimentos acordados e realizados devido, essencialmente, a motivos regulamentares locais.

Nota 36 : Custo do risco por categoria de cliente

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Custo do risco de operações de leasing	(6 038)	(2 745)
Aumento de provisões	(6 630)	(14 820)
Redução de provisões	5 524	11 238
Créditos abandonados	(6 104)	(5 757)
Recuperação de créditos amortizados	1 172	6 594
Custo do risco de operações de crédito	(25 804)	(33 253)
Aumento de provisões	(23 105)	(41 067)
Redução de provisões	35 910	46 560
Créditos abandonados	(44 446)	(45 845)
Recuperação de créditos amortizados	5 837	7 099
Custo do risco de outras operações com clientes	215	
Aumento de provisões	(7 100)	
Redução de provisões	7 100	
Créditos abandonados	(7 105)	
Recuperação de créditos amortizados	7 320	
Custo do risco de outras operações	(3 633)	(21 518)
Aumento de provisões	(14 434)	(24 977)
Redução de provisões	10 801	3 459
Total do custo do risco (*)	(35 260)	(57 516)

(*) incluindo empresas associadas

508

Nota 37 : Ganhos ou perdas líquidas com activos fixos

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza	12/2017	12/2016
Ganhos e perdas em activos financeiros	(4 395)	(25 849)
Ganhos e perdas em activos tangíveis		(12)
Total dos ganhos e perdas em activos fixos	(4 395)	(25 861)

Nota 38 : Imposto sobre os lucros

O encargo com imposto corrente é igual aos montantes dos impostos sobre os lucros devidos às administrações fiscais por conta do exercício, de acordo com as regras e taxas de tributação em vigor nos diversos países.

As sucursais são tributadas nos respetivos países de atividade.

No que se refere às atividades em França, o RCI Banque está incluído no perímetro da integração fiscal da RENAULT SAS. Nestes termos, os seus resultados fiscais são integrados nos da sociedade-mãe, à qual paga o respetivo imposto sobre os rendimentos das pessoas coletivas. Aplica-se o princípio de que o encargo fiscal do RCI Banque é idêntico ao que a sociedade teria suportado se não fosse membro do Grupo.

Nota 39 : Resultado por sectores de actividade

(Em milhares de euros)

Decomposição por natureza e por zona geográfica de implantação	França	UE (excepto França)	Resto do mundo	Total12/17
Financiamento de Clientes				
Produto líquido bancário		433 834		433 834
Resultado operacional bruto		271 099		271 099
Resultado operacional		234 819		234 819
Resultado corrente antes de impostos		234 816		234 816
Financiamento de Redes				
Produto líquido bancário		96 811	15 047	111 858
Resultado operacional bruto		75 618	10 954	86 572
Resultado operacional		80 881	10 068	90 949
Resultado corrente antes de impostos		80 879	10 068	90 947
Outras actividades				
Produto líquido bancário	409 173			409 173
Resultado operacional bruto	298 971			298 971
Resultado operacional	295 614			295 614
Resultado corrente antes de impostos	291 224			291 224
Todas as actividades				
Produto líquido bancário	409 173	530 645	15 047	954 865
Resultado operacional bruto	298 971	346 717	10 954	656 642
Resultado operacional	295 614	315 700	10 068	621 382
Resultado corrente antes de impostos	291 224	315 695	10 068	616 987

Decomposição por natureza e por zona geográfica de implantação	França	UE (excepto França)	Resto do mundo	Total12/16
Financiamento de Clientes				
Produto líquido bancário		359 734	(770)	358 964
Resultado operacional bruto		215 179	(770)	214 409
Resultado operacional		188 185	(770)	187 415
Resultado corrente antes de impostos		188 176	(770)	187 406
Financiamento de Redes				
Produto líquido bancário		95 179	16 981	112 160
Resultado operacional bruto		78 800	13 880	92 680
Resultado operacional		71 542	11 959	83 501
Resultado corrente antes de impostos		71 539	11 959	83 498
Outras actividades				
Produto líquido bancário	348 232			348 232
Resultado operacional bruto	270 918			270 918
Resultado operacional	249 575			249 575
Resultado corrente antes de impostos	223 726			223 726
Todas as actividades				
Produto líquido bancário	348 232	454 913	16 211	819 356
Resultado operacional bruto	270 918	293 979	13 110	578 007
Resultado operacional	249 575	259 727	11 189	520 491
Resultado corrente antes de impostos	223 726	259 715	11 189	494 630

MAPA DAS FILIAIS E DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

Lista das participações com valor superior a 1% do capital da sociedade (em milhares EUR e referencial IFRS)	País	Capital social	Capitais próprios (excepto capital social)	% de participação	Resultado líquido do último exercício
Filiais detidas a + de 50%					
RCI Mobility SASU	France	3 300	(605)	100,00%	(604)
Class & Co SAS	France	20	280	100,00%	0
Flit technologies Ltd	GB	1 148	19 213	67,45%	(8 332)
Overlease Espagne SA	Espagne	6 000	1 152	100,00%	3 060
RCI Financial Services BV	Pays-Bas	1 500	4 947	100,00%	9 179
RCI Finance SA	Suisse	3 418	52 800	100,00%	10 234
Courtage SA	Argentine	1	6	95,00%	10 456
RCI Financial Services Limited	GB	119 924	179 294	100,00%	39 225
RCI Leasing Romania SLR	Roumanie	968	689	100,00%	1 036
Renault Crédit RT	Hongrie	258	3 345	100,00%	1 966
RCI Finance SA	Maroc	25 839	23 559	100,00%	7 817
RCI Finance CZ SRO	R. Tchèque	5 953	7 083	100,00%	2 079
RCI Koréa Co. Ltd	Corée	59 002	212 738	100,00%	32 867
RCI Banco do Brasil SA	Brésil	247 986	(29 185)	60,11%	44 130
Rombo Compania Financiera SA	Argentine	2 650	35 818	60,00%	7 450
Diac SA	France	560 956	572 896	100,00%	53 600
Renault Autofin SA	Belgique	800	33 404	100,00%	7 023
RCI Financial Services SA	Belgique	1 100	689	100,00%	(375)
Renault Crédit Polska Sp.z.o.o.	Pologne	16 639	3 207	100,00%	1 825
Renault leasing CZ SRO	R. Tchèque	2 741	20 719	50,00%	4 491
Administradora de Consorcio Renault do Brasil Ltda	Brésil	1 830	515	99,92%	662
RCI Services Ltd Malte	Malte	10 000	(78 589)	100,00%	79 069
Renault Nissan Finance RUS LLC	Russie	504	751	100,00%	247
RCI Usluge d.o.o	Croatie	1 586		100,00%	973
RN SF B.V.	Pays-Bas	117 018	(41 197)	50,00%	18 502
RCI Colombia SA	Colombie	40 845	(1 706)	51,00%	2 350
Participações entre 10% e 50%					
ORFIN Finansman Anonim Sirketi SA	Turquie	34 093	7 377	50,00%	6 853
Nissan Renault Financial Services India Private limited	Inde	92 683	2 426	30,00%	5 571

Informações globais sobre todas as filiais e participações (milhares EUR)	Filiais		Participações		Outras sociedades	
	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras
Valor contabilístico bruto dos títulos detidos	682 495	649 294		125 638		0
Valor contabilístico líquido dos títulos detidos	682 495	631 593		125 427		0
Empréstimos e adiantamentos concedidos pela sociedade	8 607 761	4 037 228		29 534		
Cauções e avais prestados pela sociedade		170 557				
Dividendos encaixados pela sociedade	9 080	231 914		2 294		1

KPMG S.A.
Tour EQHO
2 Avenue Gambetta – CS 60055
92066 Paris La Défense Cedex

ERNST & YOUNG AUDIT
1/2, place des Saisons
92400 Courbevoie – Paris La Défense 1

RCI Banque S.A.
Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre
as contas anuais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
RCI Banque, S.A.
15 rue d'Yzès – 75002 Paris
Este relatório contém 49 páginas

RCI Banque S.A.

Sede social: 15 rue d'Uzès – 75002 Paris
Capital social: € 1.000.000.000

Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas anuais

Exercício fino do 31 de dezembro de 2017

À atenção da Assembleia Geral da sociedade RCI Banque S.A.,

Opinião

Nos termos do mandato que nos foi conferido pela vossa Assembleia Geral, efetuámos a auditoria às contas anuais da sociedade RCI Banque S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme anexados ao presente relatório.

Certificamos que, à luz das regras e princípios contabilísticos franceses, as contas anuais são regulares e verdadeiras e dão uma imagem fiel do resultado das operações do exercício findo assim como da posição financeira e patrimonial da sociedade no final do mesmo.

A opinião acima emitida é consistente com o conteúdo do nosso relatório à Comissão de Auditoria.

Bases para a opinião

Referencial de auditoria

A auditoria a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França. Entendemos que os elementos que recolhemos são suficientes e adequados para fundamentar a nossa opinião.

As responsabilidades que nos competem em virtude dessas normas constam da parte «Responsabilidades dos revisores oficiais de contas relativas à auditoria às contas anuais» do presente relatório.

Independência

Realizámos a nossa auditoria no respeito pelas regras de independência a que estamos sujeitos, no período de 1 de janeiro de 2017 até à data de emissão deste relatório, não tendo, nomeadamente, prestado serviços proibidos pelo artigo 5, número 1, do regulamento (UR) nº 537/2014 ou pelo código de deontologia da profissão de revisor oficial de contas.

Justificação das apreciações – Pontos-chave da auditoria

Nos termos do disposto nos artigos L.823-9 e R. 823-7 do Código de Comércio francês relativos à justificação das nossas apreciações, levamos ao vosso conhecimento os pontos-chave da auditoria relativos aos riscos de distorção material que, de acordo com a nossa opinião profissional, foram os mais relevantes para a auditoria às contas anuais do exercício, assim como as nossas respostas face a esses riscos.

As apreciações assim formuladas inscrevem-se no contexto da auditoria às contas anuais na sua globalidade e da formação da nossa opinião acima expressa. Não expressamos opinião sobre elementos dessas contas anuais considerados isoladamente.

Imparidades individuais crédito «rede»

Risco identificado

O RCI Banque, S.A. constitui provisões para cobrir os riscos de não-cobrança dos créditos concedidos às redes de concessionários.

Conforme referido na nota 2.B) do anexo às contas anuais, as provisões para risco de crédito da atividade com a rede são calculadas em base individual ou coletiva, conforme o tipo de crédito (crédito são, com incidente, de cobrança duvidosa, incobrável).

As imparidades para créditos de cobrança duvidosa são determinadas de forma unitária e individual, em função dos créditos e da classificação atribuída às contrapartes.

Essas imparidades em base individual constituem uma parte significativa da nossa auditoria tendo em conta o recurso importante à opinião da direção e o risco de incidência material nos resultados da sociedade.

Dada a complexidade das hipóteses utilizadas para a estimativa desses riscos de crédito e das imparidades relacionadas com os mesmos e a opinião da direção que exigem, considerámos que a determinação do valor cobrável desses créditos constitui um ponto-chave da auditoria.

As imparidades em base individual dos créditos de cobrança duvidosa (incluindo os créditos incobráveis) relativas ao risco de crédito da rede são apresentadas na nota 4 do anexo e ascendem, em 31 de dezembro de 2017, a 17 milhões de euros para uma carteira de crédito de 4 177 milhões de euros.

Procedimentos de auditoria implementados em resposta a esse risco

No âmbito da nossa auditoria às contas, os nossos trabalhos sobre o provisionamento em base individual consistiu em:

- tomar conhecimento do processo de avaliação dessas imparidades, assim como dos procedimentos de controlo interno relativos à identificação dos indicadores de risco de não-cobrança, à governação dos processos de provisionamento e ao processo de controlo das imparidades;

- confrontar os créditos objeto de uma imparidade individual com os créditos utilizados no cálculo das imparidades;
- verificar as hipóteses de perdas ;
- realizar procedimentos analíticos sobre a evolução dos créditos e das imparidades.

Imparidades estatísticas do crédito a clientes

Risco identificado

Em 31 de dezembro de 2017, os créditos a clientes representam 7.087 milhões de euros no balanço do RCI Banque S.A..

Conforme referido na nota 2.B) do anexo às contas, as imparidades para risco de crédito da atividade com clientes são calculadas em base individual e com técnicas de modelização estatística. Dada a complexidade das hipóteses utilizadas para a estimativa do risco de crédito a clientes para o provisionamento estatístico e das imparidades relacionadas com o mesmo, considerámos que esse risco de crédito constitui um ponto-chave da auditoria.

As imparidades para risco de crédito a clientes são apresentadas na nota 4 do anexo às contas e ascendem, em 31 de dezembro de 2017, a 59 milhões de euros.

Procedimentos de auditoria implementados em resposta a esse risco

No âmbito da nossa auditoria às contas, os nossos trabalhos sobre o provisionamento estatístico consistiu em:

- tomar conhecimento do processo de avaliação dessas imparidades, assim como dos procedimentos de controlo interno relativos à identificação dos indicadores imparidade e à calibração dos modelos estatísticos de provisionamento ;
- efetuar uma análise dos comportamentos de pagamento à luz dos parâmetros de provisionamento identificados ;
- testar as matrizes estatísticas de migrações de incumprimento ;
- apreciar o registo correto nas contas dos custos calculados através dos modelos de provisões estatísticas dos créditos a clientes ;
- realizar procedimentos analíticos sobre a evolução dos créditos e das imparidades.

Verificação do relatório de gestão e dos restantes documentos enviados aos acionistas

Procedemos ainda, de acordo com as normas profissionais aplicáveis em França, às verificações específicas previstas na lei.

Informações prestadas no relatório de gestão e nos restantes documentos enviados aos acionistas sobre a situação financeiras e as contas do exercício

Não temos qualquer observação a formular sobre a sinceridade e a concordância com as demonstrações financeiras das informações apresentadas no relatório de gestão do Conselho de Administração e nos restantes documentos enviados aos acionistas sobre a posição financeira e as contas do exercício.

Informações relativas ao governo da empresa

Confirmamos a existência, na secção do relatório de gestão do Conselho de Administração dedicada ao governo da empresa, das informações exigidas pelos artigos L. 225-37-3 e L. 225-37-4 do Código de Comércio francês.

No que se refere às informações prestadas nos termos do artigo L. 225-37-3 do Código de Comércio francês sobre as remunerações e os benefícios pagos aos membros dos órgãos sociais, bem como sobre as responsabilidades assumidas a favor dos mesmos, verificámos a sua concordância com as contas e com os dados que serviram para a elaboração dessas contas e, se fosse caso disso, com os elementos recolhidos pela vossa sociedade junto das sociedades que dominam a vossa sociedade ou dominadas por ela. Com base nestes trabalhos, não temos qualquer observação a formular sobre essas informações.

Outras informações

Nos termos da lei, assegurámo-nos de que as diversas informações relativas às tomadas de participação e de controlo e à identidade dos detentores do capital ou dos direitos de voto foram devidamente comunicadas no relatório de gestão.

Informações resultantes de obrigações legais e regulamentares***Designação dos revisores oficiais de contas***

Fomos nomeados para o cargo de Revisores Oficiais de Contas da sociedade RCI Banque pela assembleia geral de 22 de maio de 2014, no caso da KPMG e de 27 de junho de 1980 no caso da ERNST & YOUNG Audit (anteriormente denominada Hélios).

Em 31 de dezembro de 2017, a KPMG completava 4 anos ininterruptos no cargo e a ERNST & YOUNG 38 anos, ou seja, respetivamente, 4 e 38 anos desde a data em que a entidade entrou no perímetro das EIP (Entidade de Interesse Público) conforme definido pela legislação europeia.

Responsabilidades da direção e dos membros dos órgãos sociais da empresa pelas demonstrações financeiras

Compete à direção elaborar demonstrações financeiras que apresentem uma imagem fiel de acordo com as regras e os princípios contabilísticos franceses, assim como implementar o controlo interno que julgar necessário para a elaboração de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, compete à direção avaliar a capacidade da sociedade em continuar o seu negócio, apresentar nessas contas as eventuais informações necessárias relativas à continuidade do negócio e aplicar a convenção contabilística de continuidade do negócio, salvo se estiver prevista a liquidação da sociedade ou a cessação da sua atividade.

Compete à Comissão de Auditoria acompanhar o processo de preparação da informação financeira e a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão dos riscos, bem como, se for caso disso, de auditoria interna, no que toca aos procedimentos relativos à elaboração e ao processamento da informação contabilística e financeira.

As demonstrações financeiras foram preparadas pelo Conselho de Administração.

Responsabilidades dos revisores oficiais de contas pelas demonstrações financeiras

Objetivo e metodologia de auditoria

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as normas da profissão detetar sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Nos termos do artigo L. 823-10-1 do Código de Comércio francês, a nossa missão de certificação legal das contas não consiste em garantir a viabilidade ou a qualidade da gestão da vossa sociedade.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas da profissão aplicáveis em França, o revisor oficial de contas faz julgamentos profissionais durante a auditoria e também:

- identifica e avalia os riscos de distorções materiais das contas consolidadas e de incumprimento material das operações subjacentes dos requisitos do quadro jurídico da União Europeia, devidos a fraude ou erro, concebe e realiza procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, e obtém provas de auditoria suficientes e adequadas para fundamentar a sua opinião. O risco de não detetar distorções materiais ou incumprimentos de origem fraudulenta é maior do que o risco resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, deturpações ou omissões do controlo interno;
- obtém conhecimento do controlo interno pertinente para a auditoria, tendo em vista conceber procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não para formular uma opinião sobre a eficácia do controlo interno;
- avalia a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e das informações relacionadas divulgadas pela direção;
- conclui se a utilização, pela direção, do princípio contabilístico da continuidade foi adequada e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade para prosseguir as suas atividades. Esta apreciação baseia-se nos elementos recolhidos até à data do respetivo relatório, sendo

de referir que circunstâncias ou acontecimentos ulteriores poderão pôr em causa a continuidade do negócio. Se concluir que existe uma incerteza material, deve chamar a atenção no seu relatório sobre as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam prestadas ou adequadas, emite uma certificação com reserva ou uma recusa de certificação ;

- avalia a apresentação global das contas e se as contas representam as operações e os acontecimentos subjacentes de uma forma adequada.

Relatório à Comissão de Auditoria

Remetemos um relatório à Comissão de Auditoria que apresenta, nomeadamente, o âmbito dos trabalhos de auditoria e o respetivo calendário, assim como as conclusões decorrentes dos nossos trabalhos, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada no que se refere aos procedimentos de preparação e processamento da informação contabilística e financeira.

Os elementos comunicados à Comissão de Auditoria incluem os riscos de distorção material que julgamos terem sido mais relevantes para a auditoria às contas do exercício e que constituem, por isso, os pontos-chave da auditoria, que nos compete descrever neste relatório.

Remetemos ainda à Comissão de Auditoria a declaração prevista no artigo 6 do Regulamento (EU) 537-2014 confirmando a nossa independência, de acordo com as regras aplicáveis em França, conforme fixadas, nomeadamente, pelos artigos L.822-10 a L.822-14 do Código de Comércio francês e no código de deontologia da profissão de revisor oficial de contas. Se for caso disso, comunicamos à Comissão de Auditoria as ameaças à nossa independência e as respetivas salvaguardas.

Paris La Défense, 23 de fevereiro de 2018

Os Revisores Oficiais de Contas,

KPMG S.A.

ERNST & YOUNG Audit

[Assinado: ilegível]

[Assinado: ilegível]

Valérie Foussé
Sócia

Bernard Heller
Sócia